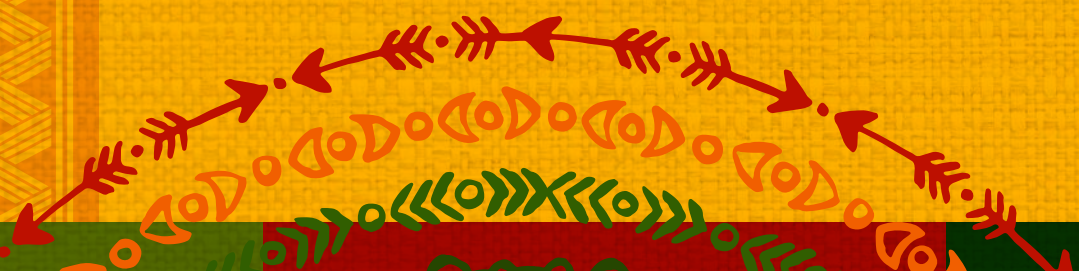




Tecendo Saberes
ANTIRRACISTAS
NO IFAM CAMPUS PARINTINS

Guia para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08

Elaine Barbosa Amazonas
Deilson do Carmo Trindade

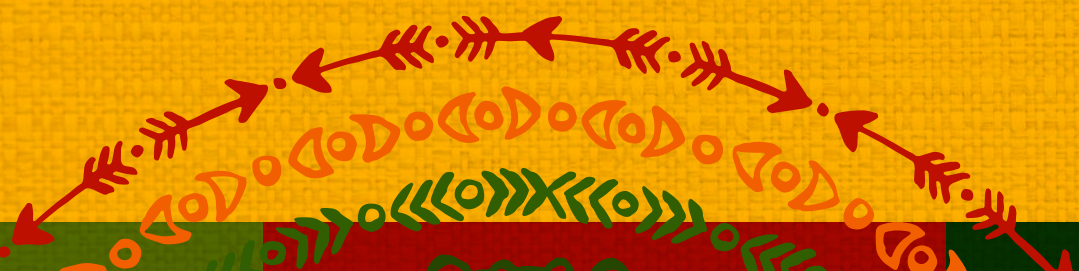




Tecendo Saberes
ANTIRRACISTAS
NO IFAM CAMPUS PARINTINS

Guia para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08

Elaine Barbosa Amazonas
Deilson do Carmo Trindade



REALIZAÇÃO

Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas - Campus Manaus Centro
Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT

AUTORES

Elaine Barbosa Amazonas
Deilson do Carmo Trindade

DIAGRAMAÇÃO

Aleana de Souza Pena

FOTOGRAFIAS

Michel Amazonas

Biblioteca do *Campus* Manaus Centro - IFAM

A479t Amazonas, Elaine Barbosa.

Tecendo saberes antirracistas no IFAM Campus Parintins: guia para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08/ Elaine Barbosa Amazonas, Deilson do Carmo Trindade. – Manaus, 2025.
94 p.: il. color.

Produto educacional proveniente da dissertação – O papel do NEABI na implementação das leis nº 10.639/03 e 11.645/08 no IFAM Parintins: desafios e perspectivas para a formação humana integral no Ensino Médio Integrado. – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus Centro, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Deilson do Carmo Trindade.
ISBN 978-65-83758-34-7

1.NEABI. 2. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. 3. Formação humana integral. I. Trindade, Deilson do Carmo (Orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. III. Título.

CDD 371.33

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Título: Tecendo Saberes Antirracistas no IFAM Campus Parintins: Guia para implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Origem: Desenvolvido a partir da pesquisa “O papel do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) na implementação das Leis no 10.639/2003 e no 11.645/2008 no IFAM Campus Parintins: desafios e perspectivas para a formação humana integral no Ensino Médio Integrado.” no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, Campus Manaus Centro.

Área do Conhecimento: Ensino

Público-alvo: Docentes do Ensino Médio Integrado e membros do NEABI interessados em utilizar este produto como suporte pedagógico para a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Tipo: Guia didático

Divulgação: Por meio digital

Finalidade: Estimular práticas de ensino mais comprometidas com uma educação antirracista de forma articulada à formação humana integral no Ensino Médio Integrado por meio de orientações e sugestões práticas que auxiliem na implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Organização do Produto Educacional: Em capítulos.

Avaliação do Produto: Avaliado pela banca de defesa do Mestrado ProfEPT/ IFAM e pelo *feedback* de professores participantes da pesquisa.

Disponibilidade: Irrestrita, preservando os direitos autorais, não sendo permitido uso comercial do produto.

Instituições envolvidas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Registro: Biblioteca Paulo Sarmiento - IFAM / Campus Manaus Centro

URL: Site ProfEPT (<http://www2.ifam.edu.br/profept>) e Repositório do IFAM (repositorio.ifam.edu.br)

Idioma: Português

Cidade: Manaus – AM


País: Brasil

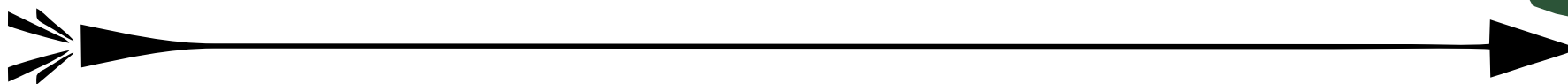
Ano: 2025





SUMÁRIO

- 07** Resumo
 - 08** Prezado(a) Docente
 - 09** Apresentação do Produto Educacional
 - 10** **Capítulo 1** - As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: caminhos e significados
 - 13** **Capítulo 2** - Formação Humana Integral no Ensino Médio Integrado: fundamentos e possibilidades
 - 16** **Capítulo 3** - O NEABI do IFAM/Campus Parintins: história, ações e contribuições
 - 21** **Capítulo 4** - Caminhos para a implementação prática das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 no Ensino Médio Integrado
- 



23 **Capítulo 5** - Sugestões de Atividades por Área de Conhecimento

53 **Capítulo 6** - Sugestões de atividades por área técnica.

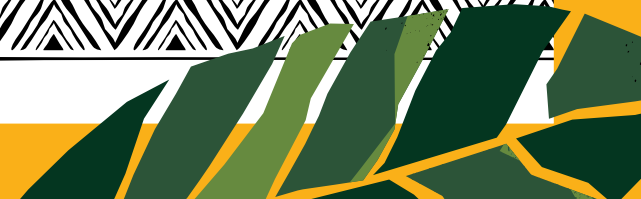
78 **Capítulo 7**- Recursos Didáticos e Referências para uma Educação Antirracista no Ensino Médio Integrado

87 **Capítulo 8** - Avaliação e acompanhamento das ações pedagógicas antirracistas no Ensino Médio Integrado

91 **Considerações Finais** - por uma prática educativa comprometida com a justiça racial

93 **Referências**

94 **Sobre os Autores**





RESUMO

Este Guia Didático é um produto educacional vinculado à pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no IFAM Campus Parintins. Tem como finalidade apoiar docentes do Ensino Médio Integrado na implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar. Voltado especialmente para os cursos técnicos de Administração, Agropecuária e Informática, o Guia articula os princípios da educação antirracista com a formação humana integral e com o contexto territorial amazônico. Apresenta fundamentos teóricos, propostas de atividades, e sugestões de materiais de apoio que valorizam os saberes ancestrais e a diversidade étnico-racial, contribuindo para a superação do racismo institucional e estrutural no ambiente escolar.



PREZADO(A) DOCENTE

A educação antirracista não é apenas uma pauta emergente do nosso tempo. É, sobretudo, uma urgência histórica, um compromisso ético e um gesto político de reparação. Neste contexto, o presente Guia Didático se apresenta como uma ferramenta potente para docentes que compreendem a escola como espaço de formação integral e transformação social.

Partindo de uma investigação voltada às particularidades do território amazônico, particularmente a Parintins, este material se dedica a construir pontes entre o conhecimento técnico-científico e os saberes afro-brasileiros e indígenas, respeitando as culturas locais e promovendo o enfrentamento ao racismo em suas múltiplas formas.

Organizado com afeto pedagógico, o Guia oferece subsídios não apenas para o cumprimento da legislação, mas para o fortalecimento de práticas educativas comprometidas com a pluralidade, a equidade e a dignidade humana. Ao propor caminhos possíveis para o Ensino Médio Integrado, reafirma-se o papel da educação pública como um direito, e não como privilégio — uma educação que não apenas forma para o trabalho, mas para a vida em sua plenitude.

Este material é resultado de uma caminhada coletiva, que reúne pesquisa, respeito à ancestralidade e compromisso com o bem viver. Que ele inspire outras jornadas educativas que resistem, reexistem e reinventam a escola a partir das raízes que sustentam o nosso chão.



APRESENTAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Este Guia Didático é um produto educacional vinculado à pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, Campus Parintins. Ele surge como uma resposta concreta à necessidade de fortalecer a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no contexto do Ensino Médio Integrado, especialmente nos cursos técnicos de Administração, Agropecuária e Informática ofertados pela instituição.

O Guia tem como objetivo apoiar docentes na construção de práticas pedagógicas antirracistas, dialogando com os fundamentos da formação humana integral e com as especificidades territoriais e culturais da Amazônia. A proposta está voltada à valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas e à promoção de uma educação crítica, democrática e socialmente referenciada. Está diretamente articulado à pesquisa intitulada “O papel do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) na implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no IFAM Campus Parintins: desafios e perspectivas para a formação humana integral no Ensino Médio Integrado”.

A partir da análise das ações do NEABI, das entrevistas com docentes e da revisão das normativas educacionais, ficou evidente a necessidade de um material de apoio que contribuísse com a atuação dos educadores na promoção de práticas comprometidas com a equidade racial. O Guia responde, portanto, à lacuna identificada durante a investigação, buscando dialogar com os princípios da educação profissional e tecnológica, com os desafios da realidade local e com os direitos das populações historicamente marginalizadas.

O desafio de concretizar uma educação antirracista vai além da formulação de leis ou diretrizes. Ele exige compromisso cotidiano, escuta ativa, sensibilidade pedagógica e, sobretudo, vontade de transformação. Este Guia nasce do desejo de contribuir com esse processo, oferecendo não uma fórmula pronta, mas um conjunto de caminhos possíveis.

Mais do que uma coletânea de propostas, este material representa um convite: que possamos, juntos e juntas, pensar a escola como espaço de pluralidade, justiça e pertencimento. Que o Ensino Médio Integrado cumpra seu papel de formar sujeitos críticos, éticos e capazes de reconhecer e valorizar a diversidade que compõe o nosso país – e, em especial, a riqueza ancestral de nossos povos negros e indígenas.

Capítulo 1

AS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008: CAMINHOS E SIGNIFICADOS



NÃO BASTA NÃO SER RACISTA
É PRECISO SER ANTIRRACISTA

Essa frase, tão conhecida hoje, atribuída à filósofa e ativista norte-americana Angela Davis, expressa com clareza o que as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 buscam construir dentro das escolas brasileiras: uma educação comprometida com a superação das desigualdades históricas e com a valorização das identidades afro-brasileiras e indígenas. Essas leis são marcos legais e pedagógicos de um processo que vai além do currículo — trata-se de um compromisso ético e político com a equidade racial.

O QUE DIZEM AS LEIS?

A Lei 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas do ensino fundamental e médio, públicas e privadas. A lei prevê que os conteúdos devem estar inseridos especialmente nas áreas de Educação Artística, Literatura e História, com ênfase na contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira — nas áreas social, econômica, política e cultural.

Cinco anos depois, a Lei 11.645/2008 ampliou esse escopo ao incluir a obrigatoriedade da História e Cultura dos Povos Indígenas Brasileiros, reforçando o compromisso de uma educação plural, que reconhece e valoriza a diversidade étnico-racial que compõe o país.

Ambas as leis são frutos de lutas históricas dos movimentos negros e indígenas, que exigem há décadas o reconhecimento de suas histórias e epistemologias nos currículos escolares.

PARA ALÉM DA LETRA DA LEI: POR QUE ISSO IMPORTA?

Quando tratamos da implementação dessas leis, não estamos falando apenas de inseri-las nos planos de ensino como mais um conteúdo. Estamos falando de transformar a escola em um espaço que reconhece os saberes, memórias, lutas e culturas de povos que foram historicamente silenciados.

Segundo Nilma Lino Gomes (2017), a implementação dessas leis é um passo essencial para que a escola se torne, de fato, um espaço democrático e antirracista. É também uma maneira de formar sujeitos conscientes da complexidade do Brasil, capazes de reconhecer e combater as desigualdades raciais ainda tão presentes na nossa sociedade.

Além disso, como aponta Silvio Almeida (2019), o racismo não é apenas uma atitude individual, mas um sistema estruturante que atravessa instituições, inclusive a escola. Por isso, o combate ao racismo precisa ser institucionalizado, e a escola tem um papel central nesse processo.

LEIS QUE CONSTROEM CIDADANIA E IDENTIDADE

A presença da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares contribui para a construção de identidades positivas, tanto para os estudantes negros e indígenas quanto para os demais. Como defende Djamila Ribeiro (2019), a luta antirracista é uma tarefa coletiva: toda a sociedade precisa se envolver, e a escola é um dos espaços mais importantes para isso.

Além disso, Kabengele Munanga (2005) lembra que combater o racismo por meio da educação é também formar para a cidadania. A escola não pode continuar reforçando estereótipos, invisibilizando trajetórias ou negando histórias.

E COMO ISSO SE RELACIONA COM A PRÁTICA DOCENTE?

A pergunta que muitos professores e professoras fazem é: como trabalhar essas temáticas de forma significativa e não superficial? Esse é um dos grandes desafios. A resposta passa por compreender que não se trata de uma aula pontual no Dia da Consciência Negra ou na Semana dos Povos Indígenas, mas sim de uma perspectiva permanente e transversal.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2004), essas temáticas devem estar presentes em todas as disciplinas e áreas do conhecimento. Como bem afirma Eliane Cavalleiro (2001), é preciso romper com o mito da “democracia racial” e assumir uma postura pedagógica crítica, que questione o racismo estrutural e promova o respeito à diversidade.

E ONDE ENTRA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO?

No caso do Ensino Médio Integrado, o desafio é ainda maior e mais instigante: como articular o ensino técnico com uma formação crítica, plural e comprometida com a justiça racial? Isso exige um currículo que integre os saberes científicos, técnicos e culturais, valorizando os saberes ancestrais e o protagonismo negro e indígena nos diversos campos do conhecimento.

Como propõe Bárbara Carine Pinheiro (2023), o currículo precisa se tornar um espaço de disputa e de criação: um território onde as epistemologias afro-brasileiras e indígenas sejam legitimadas, não apenas toleradas.

REFLEXÃO DOCENTE

Tenho conseguido incorporar as questões étnico-raciais no cotidiano das minhas práticas docentes? Quais são os principais desafios e possibilidades?

ESPAÇO PARA ANOTAÇÕES

Capítulo 2

FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: FUNDAMENTOS E POSSIBILIDADES



1 O QUE É FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA?

A formação humana integral é uma concepção educacional que visa ao desenvolvimento pleno dos indivíduos, considerando suas dimensões intelectual, ética, estética, política e técnica. Na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essa abordagem busca superar a dicotomia entre formação geral e formação profissional, promovendo uma educação que integre saberes científicos, tecnológicos e culturais.

Marise Ramos (2012) destaca que a formação humana integral na EPT deve articular trabalho, ciência, tecnologia e cultura, proporcionando aos estudantes uma compreensão crítica da realidade e a capacidade de intervir nela de forma transformadora. Essa perspectiva rompe com a visão instrumental da educação, que a reduz à mera preparação para o mercado de trabalho.

2 COMO A PERSPECTIVA ANTIRRACISTA SE ARTICULA COM UMA FORMAÇÃO OMNILATERAL?

A formação omnilateral, conceito desenvolvido por Karl Marx, refere-se ao desenvolvimento completo das potencialidades humanas. Na EPT, essa abordagem implica em uma educação que promova a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade, combatendo todas as formas de discriminação, inclusive o racismo.

A perspectiva antirracista na formação omnilateral busca reconhecer e valorizar as identidades étnico-raciais dos estudantes, incorporando conteúdos que reflitam a diversidade cultural brasileira e promovam a equidade racial. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

3 INTEGRAÇÃO ENTRE SABERES CIENTÍFICOS, TÉCNICOS E CULTURAIS

A integração entre saberes científicos, técnicos e culturais é fundamental para a formação humana integral. Essa abordagem rompe com a fragmentação do conhecimento e promove uma educação contextualizada, que considera as realidades locais e as experiências dos estudantes.

Maria Ciavatta (2005) enfatiza que a integração curricular na EPT deve articular teoria e prática, ciência e trabalho, cultura e tecnologia, permitindo que os estudantes compreendam os processos produtivos e sociais de forma crítica e criativa. Essa integração favorece a construção de competências técnicas e humanas, essenciais para o exercício da cidadania e a atuação no mundo do trabalho.



Capítulo 3

O NEABI DO IFAM/CAMPUS PARINTINS: HISTÓRIA, AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

O QUE É O NEABI?



NEABI

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFAM

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) é um espaço institucional que tem como objetivo central promover ações educativas e políticas que combatam o racismo e valorizem as culturas afro-brasileiras e indígenas nas instituições educacionais.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFAM Campus Parintins está ligado ao NEABI Sistêmico, conforme estabelece a RESOLUÇÃO n.º 30-CONSUP/IFAM, de 06 de junho de 2018. Está vinculado à Direção Geral do Campus Parintins e atua de forma integrada com as áreas de ensino, pesquisa e extensão. É composto por servidores e estudantes da instituição, além de membros externos e tem como propósito desenvolver estudos e promover ações voltadas às relações étnico-raciais no contexto educacional, com fundamento nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que orientam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da

História e das Culturas Afro-brasileira e Indígena. No IFAM Campus Parintins, o NEABI foi criado oficialmente em 19 de Junho de 2017, sob a Portaria nº 217-DG/IFAM CPA, que designou o servidor Thiago Fernandes dos Santos Pereira, professor de Sociologia, como o primeiro subcoordenador local do núcleo.

OBJETIVOS E PAPEL DO NEABI

De acordo com o Regulamento aprovado pela Resolução nº 30/CONSUP/IFAM, de 06 de junho de 2018, o NEABI no IFAM tem por finalidade promover o estudo, a pesquisa, a extensão e o ensino voltados à história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, colaborando com a implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em todas as atividades da instituição.

No IFAM Campus Parintins, o NEABI atua como “um núcleo de coordenação, planejamento e assessoramento, sendo o potencializador da cultura de educação para a convivência, da aceitação, da diversidade contribuindo para equidade racial e promoção da Educação das Relações Étnico-raciais.” (Artigo 3º). No IFAM Campus Parintins, o NEABI atua com os seguintes objetivos constantes no Artigo 6º do referido Regulamento:

I - Estimular a produção científica, extensionista e pedagógica voltadas para questões étnico-raciais, atuando na consolidação das diretrizes de Ensino, Pesquisa e Extensão nas temáticas étnico-raciais, promovendo a cultura da educação para a convivência, compreensão e respeito à diversidade, no âmbito do IFAM;



II - Promover encontros de reflexão e capacitação de servidores, para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade étnico-racial na construção histórica e cultural do país, história e questões contemporâneas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, com destaque aos Indígenas e Quilombolas;

III - Colaborar em ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado à educação pluriétnica em cada campus;

IV - Incentivar a criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena nos campi, oportunizando assim, a criação de espaços de conhecimento, reconhecimento e interação com grupos étnico-raciais, em especial os afro-brasileiros e indígenas, no contexto da diversidade cultural e étnica que circunda e compõe o campus, valorizando suas identidades, tradições e manifestações culturais;

V - Promover a realização de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas à temática, buscando a implementação de projetos de valorização e reconhecimento dos sujeitos negros e indígenas no contexto do campus;

VI - Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do campus nos aspectos étnico-raciais;

VII - Auxiliar e acompanhar a implementação das Leis n. 10.639/03 e n. 11.645/08, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, propondo atividades curriculares que contemplem a temática da educação das relações étnico-raciais com ênfase nos estudos das populações negras e indígenas nos cursos do campus;

VIII - Contribuir na revisão da documentação didático-pedagógica, visando à inserção de questões relativas à valorização e o reconhecimento dos sujeitos afro-brasileiros e indígenas, no âmbito interno e externo;

IX - Auxiliar na execução da Política de Ações Afirmativas do IFAM, propondo a alteração na forma de acesso ao sistema de cotas, através de consulta as comunidades e associações/organizações indígenas com relação ao Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), acesso através de documento de anuência da comunidade, aldeia e/ou associação e organização indígena.

PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS

O NEABI no IFAM Campus Parintins tem se destacado por promover diversas ações formativas e culturais, entre elas:

- Oficinas e palestras abordando temáticas relacionadas à cultura e história afro-brasileira e indígena.
- Encontros e rodas de conversa com representantes da comunidade, fortalecendo debates internos sobre práticas antirracistas.
- Eventos institucionais, como a Semana da Consciência Negra e a Semana dos Povos Indígenas, com apresentações culturais e debates acadêmicos.
- Realização de projetos que envolvem diretamente os estudantes em práticas culturais e científicas relacionadas às questões étnico-raciais.
- Cine-debates com o objetivo de trazer pontos de reflexão e discussão sobre temas relacionados às questões étnico-raciais.
- Parcerias com outras instituições de ensino e comunidades para fortalecimento da luta antirracista.



Capítulo 4

**CAMINHOS PARA A
IMPLEMENTAÇÃO PRÁTICA
DAS LEIS 10.639/2003 E
11.645/2008 NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO**



1. Princípios para uma prática pedagógica antirracista

Uma prática pedagógica antirracista exige do professor uma postura crítica e reflexiva sobre suas próprias ações e relações cotidianas dentro da escola. É fundamental criar ambientes educacionais que sejam inclusivos e democráticos, nos quais todas as culturas, histórias e identidades étnico-raciais sejam reconhecidas e valorizadas. Isso requer um esforço consciente para desconstruir preconceitos e combater atitudes discriminatórias no dia a dia escolar.

2. Estratégias didáticas para o cotidiano escolar

A implementação efetiva das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no Ensino Médio Integrado requer estratégias didáticas que atravessem todo o currículo escolar, não sendo limitadas a eventos pontuais. Métodos ativos, como projetos integradores, estudos do meio, pesquisa-ação, rodas de conversa e debates promovem uma aprendizagem significativa e permitem a articulação entre saberes científicos, técnicos e culturais, essenciais para uma formação integral e antirracista.

3. Integração entre formação geral e formação técnica

Para que o Ensino Médio Integrado cumpra o princípio da formação humana integral, é necessário promover uma relação dialógica entre a formação geral e a técnica. Isso significa planejar atividades e projetos que articulem saberes técnicos, científicos, culturais e éticos, valorizando, conseqüentemente, a diversidade étnico-racial.

Por exemplo, disciplinas técnicas podem incluir estudos de práticas produtivas tradicionais de comunidades quilombolas e indígenas, reconhecendo o valor desses saberes na resolução de problemas contemporâneos e na construção de alternativas sustentáveis.

4. Princípios para uma prática pedagógica antirracista

Uma prática pedagógica antirracista exige do professor uma postura crítica e reflexiva sobre suas próprias ações e relações cotidianas dentro da escola. É fundamental criar ambientes educacionais que sejam inclusivos e democráticos, nos quais todas as culturas, histórias e identidades étnico-raciais sejam reconhecidas e valorizadas. Isso requer um esforço consciente para desconstruir preconceitos e combater atitudes discriminatórias no dia a dia escolar.

5. Contextualização e problematização dos conteúdos

Uma educação antirracista e integral exige o compromisso com o ensino contextualizado. Isso significa relacionar os conteúdos escolares às realidades locais, às histórias de vida dos estudantes e aos problemas sociais que afetam suas comunidades.

A problematização deve estimular o pensamento crítico e a ação transformadora, formando sujeitos capazes de analisar e intervir em sua realidade de forma ética e solidária.

6. Formação para a cidadania crítica e a democracia

Articular os princípios da educação antirracista com a formação humana integral significa formar estudantes críticos, éticos e conscientes de seu papel como cidadãos em uma sociedade plural. A prática docente deve criar espaços para o debate democrático, o respeito à diferença, a construção coletiva de conhecimentos e o combate a todas as formas de discriminação e preconceito.



Capítulo 5

**SUGESTÕES DE
ATIVIDADES POR ÁREA
DE CONHECIMENTO**

Este capítulo apresenta sugestões práticas que articulam a educação antirracista, a formação humana integral e as especificidades do Ensino Médio Integrado. As atividades estão organizadas segundo as áreas do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade e o diálogo entre formação geral e formação técnica profissionalizante.

► ÁREA DO CONHECIMENTO: LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

Atividade 1

Análise crítica de narrativas e representações étnico-raciais na literatura brasileira

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- | | | |
|---|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">• Atividade: Análise crítica de narrativas e representações étnico-raciais na literatura brasileira• Componente Curricular: Língua Portuguesa• Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado• Tempo estimado: 5 a 7 aulas (adaptável conforme contexto) | <ul style="list-style-type: none">• Desenvolver uma leitura crítica de textos literários com protagonismo negro e indígena;• Promover reflexões sobre representações étnico-raciais, desconstruindo estereótipos presentes nas narrativas;• Incentivar o protagonismo estudantil na produção de textos críticos e argumentativos, valorizando a diversidade cultural brasileira. | <p>Recursos necessários:</p> <ul style="list-style-type: none">• Livros físicos ou digitais selecionados (ex: Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus; Histórias de Índio, de Daniel Munduruku, Metade cara, metade máscara, de Eliane Potiguara, Olhos D'Água de Conceição Evaristo);• Equipamentos audiovisuais (<i>datashow</i>, computador, acesso à <i>internet</i>);• Material para produção textual (caderno, folhas A4 ou computador). |
|---|--|---|

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Contextualização (1 aula)

- Apresentação dos objetivos da atividade e discussão inicial sobre a importância das narrativas literárias negras e indígenas no Brasil.
- Exibição de vídeos ou entrevistas com autores(as) como Daniel Munduruku, Conceição Evaristo e Eliane Potiguara.
- Debate em roda: Quais vozes compõem a literatura brasileira? Quais são invisibilizadas?

2ª Etapa – Leitura Orientada (2 aulas)

- Organização da turma em grupos.
- Distribuição dos textos escolhidos (contos, crônicas ou trechos de romances).
- Leitura orientada com foco em representações étnico-raciais.
- Registro de palavras-chave, impressões e elementos narrativos importantes.

3ª Etapa – Análise Crítica (1 a 2 aulas)

Discussão em grupos com questões norteadoras:

- Como os protagonistas negros ou indígenas são representados?
- Quais estereótipos são desconstruídos ou reforçados?
- Qual o impacto dessas narrativas na construção da identidade brasileira?
- Sistematização coletiva das ideias em painel ou cartaz.

4ª Etapa – Produção Textual Crítica (2 aulas)

- Elaboração de ensaios, resenhas ou crônicas reflexivas, em dupla ou individual.
- Revisão orientada pelo professor, com atenção à coerência argumentativa, clareza e postura crítica.

AVALIAÇÃO

- Participação ativa e crítica nas discussões.
- Qualidade e profundidade das análises realizadas.
- Coerência, clareza e postura crítica na produção textual final.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Esta atividade atende diretamente às determinações das leis supracitadas ao trabalhar a literatura como ferramenta de resistência, memória e

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – PARCERIA COM AUTORES(AS) LOCAIS

- Convide autores(as), contadores(as) de histórias ou mestres da oralidade locais com produção sobre temas afro-brasileiros ou indígenas para rodas de conversa ou oficinas. Essa interação enriquece o processo formativo, valoriza vozes regionais e fortalece o vínculo dos(as) estudantes com o território e sua diversidade cultural.

Atividade 2

Projeto bilíngue: “Black and Indigenous Voices”

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Atividade:** Projeto bilíngue: “Black and Indigenous Voices”
- **Componente Curricular:** Língua Inglesa
- **Público-alvo:** Estudantes do Ensino Médio Integrado
- **Tempo estimado:** 5 a 7 aulas (adaptável conforme contexto)

Objetivos de Aprendizagem:

- Ampliar o vocabulário em inglês relacionado à diversidade cultural, direitos humanos e identidade étnico-racial.
- Desenvolver habilidades de pesquisa, produção oral e escrita em língua estrangeira.
- Estimular o pensamento crítico e o respeito à diversidade racial e cultural no Brasil e no mundo.
- Valorizar personalidades negras e indígenas como referências de resistência, liderança e transformação social.

Recursos necessários:

- Computadores com acesso à internet.
- Projetor multimídia.
- Ferramentas digitais para produção de vídeos ou murais (*PowerPoint, Canva, Padlet* etc.).
- Textos biográficos em inglês ou materiais traduzidos.
- Cadernos ou fichas de pesquisa.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Contextualização (1 aula)

- Introdução ao tema com vídeos, imagens ou entrevistas (em inglês ou legendados) sobre líderes negros e indígenas.
- Discussão sobre quem são essas personalidades e por que são importantes para a história do Brasil e do mundo.
- Levantamento prévio dos conhecimentos dos estudantes sobre o tema.

2ª Etapa – Pesquisa e Seleção (2 aulas)

- Organização da turma em grupos ou duplas.
- Escolha de 2 a 3 personalidades para pesquisa.
- Coleta de dados sobre biografia, feitos, contexto histórico, frases marcantes.
- Organização das informações em fichas ou documentos colaborativos.

3ª Etapa – Produção de Conteúdo Bilíngue (2 aulas)

- Orientação para transformar as pesquisas em apresentações orais, vídeos ou murais digitais em inglês.
- Revisão e correção coletiva do texto em inglês.
- Ensaios e ajustes das apresentações com apoio do(a) professor(a).

4ª Etapa – Apresentação e Compartilhamento (1 a 2 aulas)

- Exposição dos murais digitais ou apresentações.
- Registro em vídeo ou fotos para socialização em feiras, murais da escola ou redes institucionais.
- Discussão final: Como essas vozes transformaram o mundo? Qual a importância de estudá-las em inglês?

AVALIAÇÃO

- Participação nas etapas de pesquisa e produção.
- Clareza e correção linguística nas produções em inglês.
- Profundidade das informações coletadas e contextualização crítica.
- Engajamento e respeito durante as apresentações e discussões.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Esta atividade atende diretamente às determinações das leis supracitadas ao trabalhar a literatura como ferramenta de resistência, memória e valorização das identidades étnico-raciais brasileiras, consolidando uma educação antirracista e intercultural.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – PARCERIA COM O CENTRO DE IDIOMAS OU NÚCLEO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

- Estabeleça parcerias para criar intercâmbios virtuais, correspondências ou videoconferências em inglês com escolas ou grupos internacionais, enriquecendo a vivência intercultural e consolidando o uso prático do idioma.

Atividade 3

Oficina de Arte e Identidade: máscaras, grafismos e estética afro-indígena

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Atividade 3:** Oficina de Arte e Identidade: máscaras, grafismos e estética afro-indígena
- **Componente Curricular:** Artes
- **Público-alvo:** Estudantes do Ensino Médio Integrado
- **Tempo estimado:** 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)

Objetivos de Aprendizagem:

- Conhecer e valorizar as expressões artísticas afro-brasileiras e indígenas.
- Desenvolver a consciência estética e crítica a partir das culturas ancestrais brasileiras.
- Estimular a criatividade e a produção artística com base em releituras contemporâneas.
- Promover o respeito à diversidade cultural e a identidade local.

Recursos necessários:

- Materiais artísticos (papéis, tintas, pincéis, argila, tecidos, tesouras, colas).
- Referências visuais impressas ou digitais de grafismos, cerâmicas, máscaras, pinturas corporais tradicionais.
- Equipamentos audiovisuais para apresentação de imagens ou vídeos.
- Espaço para exposição ou roda de conversa.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Pesquisa (1 aula)

- Apresentação de referências visuais (grafismos indígenas, cerâmicas, máscaras africanas e afro-brasileiras, pintura corporal).
- Discussão sobre a função simbólica e estética dessas expressões nas culturas de origem.
- Debate em roda: Como essas formas de arte expressam identidade, resistência e memória?

2ª Etapa – Planejamento e Esboço (1 aula)

- Orientação para os estudantes elaborarem esboços ou projetos de releituras contemporâneas.
- Escolha dos materiais e definição das técnicas a serem utilizadas (pintura, modelagem, colagem).
- Discussão sobre cores, formas e significados culturais.

3ª Etapa – Produção Artística (2 a 3 aulas)

- Realização das obras com acompanhamento e mediação do(a) professor(a).
- Estímulo ao trabalho colaborativo, à troca de ideias e à experimentação.
- Reflexão contínua sobre os sentidos culturais incorporados nas produções.

4ª Etapa – Exposição e Roda de Conversa (1 aula)

- Montagem de uma exposição escolar ou mural coletivo com as obras produzidas.
- Realização de uma roda de conversa para compartilhamento de processos criativos, significados e aprendizagens.
- Registro fotográfico ou audiovisual para socialização mais ampla (murais, redes institucionais).

AVALIAÇÃO

- Participação ativa e crítica nas etapas de discussão e planejamento.
- Qualidade estética e conceitual das produções artísticas.
- Capacidade de justificar escolhas visuais e simbólicas.
- Envolvimento e respeito durante a exposição e o diálogo coletivo.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Esta atividade cumpre o papel de valorizar as heranças culturais afro-brasileiras e indígenas, fortalecendo o reconhecimento da diversidade étnico-racial e promovendo uma educação antirracista que estimula o respeito, a memória e a resistência cultural.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – PARCERIA COM ARTESÃOS OU MESTRES DA CULTURA LOCAL

- Convide artesãos(as), mestres da cultura afro-brasileira ou indígena para ministrar oficinas ou rodas de conversa, compartilhando técnicas, saberes e vivências. Essa parceria fortalece os vínculos com o território, valoriza os saberes tradicionais e enriquece o aprendizado dos(as) estudantes.

Atividade 4

Corpo e ancestralidade: danças e jogos afro-indígenas

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Atividade:** Corpo e ancestralidade: danças e jogos afro-indígenas
- **Componente Curricular:** Educação Física
- **Público-alvo:** Estudantes do Ensino Médio Integrado
- **Tempo estimado:** 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)

Objetivos de Aprendizagem:

- Vivenciar expressões corporais tradicionais afro-brasileiras e indígenas.
- Compreender o corpo como território de resistência, memória e identidade cultural.
- Valorizar práticas corporais não hegemônicas, reconhecendo sua dimensão política e cultural.
- Estimular a consciência crítica sobre a diversidade cultural brasileira.

Recursos necessários:

- Espaço físico amplo para atividades corporais.
- Instrumentos musicais tradicionais (atabaques, pandeiros, maracás) ou gravações sonoras.
- Vídeos, imagens ou relatos sobre danças e jogos tradicionais.
- Materiais para registro reflexivo (caderno, folhas, cartolinas).

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Contextualização (1 aula)

- Apresentação de vídeos, músicas ou imagens de manifestações como jongo, maracatu, toré, jacundá, roda de capoeira.
- Discussão em roda: Quais são as origens dessas práticas? O que elas comunicam?
- Introdução ao conceito de corpo como território de memória e resistência cultural.

2ª Etapa – Estudo e Apropriação Cultural Crítica (1 aula)

- Conversa orientada sobre o significado cultural e político das danças e jogos afro-indígenas.
- Debate sobre apropriação cultural versus valorização respeitosa.
- Elaboração de combinados para a vivência respeitosa e contextualizada.

3ª Etapa – Vivência Prática (2 a 3 aulas)

- Ensino de passos, ritmos ou movimentos básicos do jongo, maracatu, toré, capoeira ou outros jogos.
- Rodas de dança e jogos tradicionais em grupos.
- Incentivo à improvisação e à experimentação respeitosa.
- Discussão reflexiva durante as pausas: Como nos sentimos ao dançar? O que aprendemos sobre essas culturas?

4ª Etapa – Sistematização e Compartilhamento (1 aula)

- Produção de registros escritos ou visuais (cartazes, desenhos, depoimentos).
- Roda de conversa final para compartilhar aprendizados e reflexões.
- Planejamento de apresentações ou rodas abertas para outras turmas ou comunidade escolar.

AVALIAÇÃO

- Participação ativa e respeitosa nas vivências corporais.
- Reflexão crítica sobre os significados culturais e políticos das práticas.
- Contribuição para a roda de conversa e os registros finais.
- Respeito às origens e contextos das manifestações estudadas.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Esta atividade atende às leis ao valorizar práticas corporais afro-brasileiras e indígenas como expressões legítimas de cultura, resistência e identidade, promovendo uma educação antirracista, crítica e intercultural.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – PARCERIA COM MESTRES DE CULTURA LOCAL

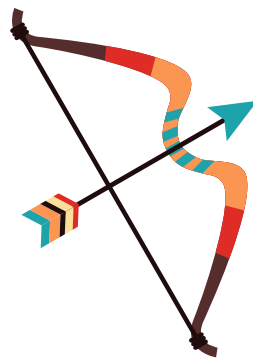
- Convide mestres ou grupos culturais locais (capoeiristas, grupo de dança indígena) para realizar oficinas ou rodas de conversa. Essas parcerias fortalecem o vínculo com a comunidade, valorizam os saberes tradicionais e enriquecem a formação integral dos estudantes.

Enfoque territorial: Parintins como cenário cultural

- As atividades da área de Linguagens podem dialogar diretamente com o contexto sociocultural do município de Parintins, que é marcado por uma rica diversidade étnico-racial e por expressivas manifestações culturais afro-brasileiras e indígenas.
- É fundamental destacar:
- As tradições indígenas amazônicas, como os saberes dos povos Sateré-Mawé, Tikuna, Baré, Mura, Kokama, Munduruku Hixkaryana e outros que influenciam diretamente elementos visuais, linguísticos, musicais e ritualísticos do Festival Folclórico de Parintins.
- Os territórios quilombolas, como o Quilombo da Baixa da Xanda, recém-certificado oficialmente pela Fundação Cultural Palmares como a primeira comunidade autodefinida como remanescente de quilombo na zona urbana do município de Parintins e o Quilombo do Rio Andirá, localizado no município vizinho de Barreirinha. Bem como o Mocambo do Arari, comunidade negra rural do município de Parintins. Essas comunidades representam não apenas a memória viva da resistência negra na Amazônia, mas também guardam expressões culturais, culinárias, saberes agrícolas e formas de organização social de origem africana adaptadas ao contexto amazônico.

Sugestões de articulação:

- Produção de reportagens escolares sobre o cotidiano e as histórias dessas comunidades.
- Oficinas de oralidade com a presença de mestres e mestras quilombolas e indígenas.
- Atividades de mapeamento cultural das manifestações afro-indígenas em Parintins.
- Releituras estéticas com base nos grafismos apresentados nos bois-bumbás, nos trajes ritualísticos, nos cantos ancestrais e nos mitos fundadores dos povos originários e afro-amazônicos.
- Este enfoque amplia a compreensão dos estudantes sobre o território como espaço de diversidade, resistência e pertencimento — um território que fala, que canta, que dança e que resiste através das linguagens.



► ÁREA DO CONHECIMENTO: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

Atividade 1

Etnomatemática nas culturas africanas e indígenas

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

<ul style="list-style-type: none">• Atividade: Etnomatemática nas culturas africanas e indígenas• Componente Curricular: Matemática• Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado• Tempo estimado: 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)	Objetivos de Aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">• Reconhecer a matemática como construção cultural diversa e histórica.• Explorar padrões geométricos e aritméticos presentes em saberes tradicionais afro-indígenas.• Desenvolver raciocínio geométrico e analítico por meio de práticas culturais.• Valorizar a diversidade de conhecimentos matemáticos na formação humana integral.	Recursos necessários: <ul style="list-style-type: none">• Imagens ou objetos de trançados, cestarias, cerâmicas, grafismos corporais.• Papel quadriculado, régua, compasso, transferidor.• Equipamentos audiovisuais para exibição de vídeos ou fotos.• Materiais para produção artística (opcional).
---	--	---

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Pesquisa (1 aula)

- Apresentação de referências visuais: grafismos indígenas, trançados africanos, cestarias tradicionais.
- Discussão em roda: Como esses padrões expressam conhecimento matemático?
- Introdução ao conceito de etnomatemática.

2ª Etapa – Análise de Padrões (1 a 2 aulas)

- Observação detalhada de simetrias, sequências e proporções nos exemplos apresentados.
- Registro dos padrões identificados em caderno ou cartaz coletivo.
- Discussão sobre proporção áurea, simetria axial e radial, séries numéricas.

3ª Etapa – Produção e Releitura (1 a 2 aulas)

- Criação de desenhos ou modelos baseados nos padrões estudados.
- Aplicação de conceitos geométricos (medidas, ângulos, repetições).
- Socialização das produções com explicação dos cálculos e observações.

4ª Etapa – Reflexão e Sistematização (1 aula)

- Roda de conversa sobre o que foi aprendido.
- Registro escrito ou gráfico das principais descobertas.
- Discussão sobre a importância de valorizar saberes matemáticos tradicionais.

AVALIAÇÃO

- Participação nas discussões e atividades.
- Capacidade de identificar e recriar padrões matemáticos.
- Clareza e precisão nos cálculos e registros.
- Reflexão crítica sobre o valor cultural dos saberes.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Valoriza saberes matemáticos afro-brasileiros e indígenas como expressões legítimas de conhecimento, promovendo uma educação antirracista e intercultural.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – OFICINA COM ARTESÃOS LOCAIS

- Convidar artesãos(as) indígenas ou quilombolas para compartilhar técnicas e saberes relacionados a trançados, grafismos ou cestarias, enriquecendo a experiência com saberes vivos.

Atividade 2

Estatística e desigualdade racial no Brasil

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

<ul style="list-style-type: none">• Atividade: Estatística e desigualdade racial no Brasil• Componente Curricular: Matemática• Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado• Tempo estimado: 3 a 5 aulas (adaptável conforme contexto)	Objetivos de Aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">• Coletar, organizar e interpretar dados sobre desigualdade racial.• Desenvolver habilidades em leitura crítica de gráficos e tabelas.• Aplicar cálculos de média, mediana, porcentagem.• Incentivar reflexão crítica sobre o racismo estrutural com base em dados reais.	Recursos necessários: <ul style="list-style-type: none">• Computadores ou celulares com acesso à internet.• Fontes de dados: IBGE, IPEA, Atlas da Violência, Geledés etc.• Planilhas eletrônicas ou papel quadriculado.• Projetor ou lousa para discussões coletivas.
---	--	---

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Introdução ao Tema (1 aula)

- Apresentação de dados e gráficos sobre desigualdade racial.
- Discussão em grupo: O que esses números nos dizem?
- Definição conjunta dos objetivos da análise estatística.

2ª Etapa – Coleta e Organização de Dados (1 aula)

- Pesquisa em sites confiáveis.
- Seleção de variáveis (educação, renda, violência, saúde).
- Construção de tabelas e gráficos (manual ou digital).

3ª Etapa – Análise e Interpretação (1 aula)

- Discussão em grupos sobre os resultados.
- Elaboração de conclusões escritas ou orais.
- Sistematização das análises em mural ou apresentação.

4ª Etapa – Produção Final (opcional)

- Criação de relatórios, infográficos ou painéis interpretativos.
- Socialização com outras turmas ou em eventos escolares.

AVALIAÇÃO

- Participação ativa e trabalho em equipe.
- Qualidade na coleta e organização dos dados.
- Clareza na análise e interpretação.
- Capacidade de relacionar os dados com a realidade social

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Favorece a compreensão crítica do racismo estrutural por meio de dados reais, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades raciais.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – PARCERIA COM O NEABI

- Organizar debates ou rodas de conversa com o NEABI para discutir as causas e consequências dos dados analisados, ampliando o debate para toda a escola.

Enfoque territorial: Matemática nas comunidades tradicionais de Parintins e entorno

As comunidades quilombolas e indígenas do território amazônico, como Santa Tereza do Matupiri (Barreirinha) e Comunidades indígenas do Rio Uaicurapá, utilizam saberes matemáticos em atividades cotidianas:

- medição de áreas de cultivo;
- organização de mutirões;
- divisão de tarefas e alimentos;
- construção de embarcações e moradias.

Sugestões:

- Pesquisa de campo com entrevista a moradores sobre como realizam medições e cálculos no cotidiano.
- Registro e análise matemática das práticas locais com base em categorias escolares (medidas, proporções, estimativas, escalas).

► ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

Atividade 1

Saberes tradicionais e biodiversidade na Amazônia

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

<ul style="list-style-type: none">• Atividade: Saberes tradicionais e biodiversidade na Amazônia• Componente Curricular: Biologia• Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado• Tempo estimado: 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)	Objetivos de Aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">• Reconhecer o valor dos saberes tradicionais sobre plantas medicinais e manejo sustentável.• Compreender a biodiversidade amazônica a partir de perspectivas indígenas e quilombolas.• Desenvolver habilidades de observação científica, pesquisa de campo e registro.• Valorizar a educação ambiental crítica e territorializada.	Recursos necessários: <ul style="list-style-type: none">• Guias ou livros sobre flora local.• Material para coleta e prensagem de plantas (para herbário).• Gravador ou celular para entrevistas e podcasts.• Cartolinas, marcadores ou software para cartazes científicos.
---	--	---

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Contextualização (1 aula)

- Discussão inicial: Quais plantas medicinais conhecemos? Quem nos ensinou?
- Exibição de vídeos ou relatos sobre sistemas agrícolas tradicionais e manejo sustentável.
- Introdução à ideia de saberes tradicionais como ciência.

2ª Etapa – Pesquisa de Campo ou Entrevistas (2 aulas)

- Organização de visita a quintais produtivos, feiras ou comunidades.
- Entrevistas com moradores sobre plantas medicinais e uso tradicional.
- Registro de espécies, modos de preparo e finalidades.

3ª Etapa – Sistematização e Produção (1 a 2 aulas)

- Elaboração de herbário com plantas coletadas (se possível e permitido).
- Criação de podcasts ou vídeos com relatos.
- Produção de cartazes ou painéis científicos.

4ª Etapa – Apresentação e Reflexão (1 aula)

- Exposição dos materiais produzidos.
- Debate sobre o valor desses saberes na saúde, alimentação e sustentabilidade.
- Registro coletivo das aprendizagens.

AVALIAÇÃO

- Participação nas atividades de campo e pesquisa.
- Qualidade e organização dos materiais produzidos.
- Capacidade de interpretação crítica e contextualizada.
- Envolvimento e respeito durante entrevistas e interações.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Valoriza saberes tradicionais afro-brasileiros e indígenas como conhecimento legítimo, promovendo uma educação antirracista, ambiental e territorializada.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – PARCERIA COM AGENTES COMUNITÁRIOS

- Convide agentes de saúde da floresta, parteiras ou agricultores tradicionais para compartilhar saberes em rodas de conversa ou oficinas na escola.

Atividade 2

Química dos pigmentos naturais e cosméticos tradicionais

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Atividade:** Química dos pigmentos naturais e cosméticos tradicionais
- **Componente Curricular:** Química
- **Público-alvo:** Estudantes do Ensino Médio Integrado
- **Tempo estimado:** 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)

Objetivos de Aprendizagem:

- Investigar a produção de tintas, corantes e cosméticos artesanais tradicionais.
- Realizar experimentos de extração e análise de pigmentos naturais.
- Compreender reações químicas, pH, solubilidade e extração.
- Valorizar o diálogo entre ciência e cultura.

Recursos necessários:

- Matérias-primas: urucum, jenipapo, argilas, óleos naturais.
- Equipamentos de laboratório básico (béqueres, vidrarias, pHmetro ou papel indicador).
- EPIs (luvas, jalecos).
- Computadores ou cadernos para registros.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Pesquisa (1 aula)

- Discussão inicial: Quais pigmentos ou cosméticos naturais conhecemos?
- Exibição de vídeos ou relatos de comunidades tradicionais.
- Levantamento de hipóteses sobre os processos de extração.

2ª Etapa – Preparação e Planejamento Experimental (1 aula)

- Definição dos materiais e métodos a serem utilizados.
- Orientação sobre segurança em laboratório.
- Organização dos grupos de trabalho.

3ª Etapa – Experimentos (2 aulas)

- Extração de pigmentos ou óleos de urucum, jenipapo, argilas.
- Análise de pH, solubilidade e observação de reações.
- Registro detalhado dos processos.

4ª Etapa – Sistematização e Compartilhamento (1 a 2 aulas)

- Criação de cartazes ou relatórios com os resultados.
- Apresentação para a turma ou em mostra científica.
- Reflexão sobre o valor cultural e científico desses processos.

AVALIAÇÃO

- Participação nas etapas experimentais.
- Organização e clareza nos registros.
- Aplicação correta dos procedimentos laboratoriais.
- Capacidade de relacionar ciência e cultura.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Promove o diálogo entre ciência escolar e saberes tradicionais, reconhecendo a ancestralidade e legitimidade cultural dos processos químicos.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – OFICINA COM SABERES LOCAIS

- Convidar artesãos(as) ou produtores de cosméticos naturais para compartilhar técnicas e histórias, ampliando a compreensão intercultural.

Atividade 3

Tecnologias ancestrais e física do cotidiano

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

<ul style="list-style-type: none">• Atividade: Tecnologias ancestrais e física do cotidiano• Componente Curricular: Física• Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado• Tempo estimado: 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)	Objetivos de Aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">• Investigar instrumentos tradicionais e suas bases físicas.• Aplicar conceitos de mecânica como alavanca, equilíbrio, força, deslocamento e energia.• Valorizar tecnologias produzidas por povos originários e comunidades quilombolas.• Desenvolver pensamento crítico sobre soluções fora do padrão eurocêntrico.	Recursos necessários: <ul style="list-style-type: none">• Imagens, vídeos ou objetos de armadilhas, utensílios, canoas, ferramentas agrícolas.• Materiais para construção de protótipos simples (madeira, barbante, papelão).• Equipamentos de medição (dinamômetros, réguas, balanças).• Computadores ou cadernos para registros.
--	---	--

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Sensibilização e Pesquisa (1 aula)

- Apresentação de exemplos de tecnologias tradicionais.
- Discussão sobre suas funções e princípios físicos.
- Levantamento de hipóteses sobre seu funcionamento.

2ª Etapa – Análise dos Princípios Físicos (1 a 2 aulas)

- Identificação de conceitos como alavanca, equilíbrio, força.
- Desenho ou esquematização das tecnologias estudadas.
- Comparação com dispositivos modernos.

3ª Etapa – Construção de Protótipos (2 aulas)

- Planejamento coletivo do protótipo.
- Construção com materiais simples.
- Testes e ajustes para garantir funcionalidade.

4ª Etapa – Sistematização e Reflexão (1 aula)

- Apresentação dos protótipos para a turma.
- Discussão sobre inovação, sustentabilidade e valorização cultural.
- Registro das aprendizagens.

AVALIAÇÃO

- Participação nas discussões e atividades práticas.
- Clareza na identificação dos conceitos físicos.
- Criatividade e funcionalidade nos protótipos.
- Reflexão crítica sobre saberes tecnológicos tradicionais.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Enfatiza a criatividade tecnológica fora do padrão eurocêntrico, reconhecendo as soluções produzidas pelos povos da floresta como legítimas e valiosas.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – MOSTRA SOBRE INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS TRADICIONAIS

- Organize uma mostra sobre o uso de tecnologias tradicionais, fortalecendo o vínculo com o território.

Atividade 4

Física Decolonial – Saberes e Tecnologias Afro-Indígenas na Amazônia

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Atividade:** Física Decolonial – Saberes e Tecnologias Afro-Indígenas na Amazônia
- **Tema adicional:** Grandezas, Unidades de Medida e Instrumentos Tradicionais
- **Componente Curricular:** Física
- **Público-alvo:** Estudantes do Ensino Médio Integrado
- **Tempo estimado:** 2 a 4 aulas (adaptável conforme contexto)

Objetivos de Aprendizagem:

- Identificar diferentes grandezas físicas (comprimento, área, massa, tempo, volume) no cotidiano.
- Reconhecer e comparar unidades de medida eurocêntricas e tradicionais.
- Investigar instrumentos de medição tradicionais afro-brasileiros e indígenas.
- Refletir criticamente sobre colonialismo, padronização e invisibilização de saberes locais.

Recursos necessários:

- Fitas métricas, réguas, balanças simples.
- Materiais para construção de réplicas (barbante, madeira, cestos).
- Vídeos ou relatos sobre saberes locais.
- Computadores ou cadernos para registros.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Introdução e Contextualização (1 aula)

- Conversa inicial: Como medimos? Por que usamos certas unidades?
- Apresentação sobre como diferentes culturas medem: passos, braças, cuias, luas.
- Discussão sobre o colonialismo e a imposição de sistemas métricos universais.

2ª Etapa – Pesquisa e Levantamento (1 aula)

- Pesquisa em grupos: identificar unidades tradicionais em comunidades locais (ex.: quilombolas, indígenas, ribeirinhas).
- Entrevistas (se possível) ou análise de vídeos/relatos.
- Registro de unidades e instrumentos encontrados.

3ª Etapa – Análise Comparativa e Construção de Tabelas (1 aula)

- Criação de tabelas comparando unidades tradicionais e oficiais (ex.: palmo vs. metro, cuia vs. litro).
- Discussão sobre equivalências e diferenças práticas.
- Problematização: Por que algumas medidas foram “oficializadas” e outras não?

4ª Etapa – Oficina Prática e Protótipos (1 a 2 aulas)

- Construção de réplicas de instrumentos tradicionais (cordas de medida, cestos calibrados, balanças artesanais).
- Testes e demonstrações.
- Registro de princípios físicos envolvidos (equilíbrio, alavanca, volume, peso).

5ª Etapa – Socialização e Reflexão (1 aula)

- Apresentação dos protótipos e tabelas.
- Discussão coletiva sobre ciência decolonial.
- Reflexão escrita: Como podemos valorizar saberes locais em nossas aulas?

AVALIAÇÃO

- Participação em todas as etapas.
- Clareza na produção das tabelas comparativas.
- Qualidade e funcionalidade dos protótipos.
- Capacidade de reflexão crítica sobre colonialismo e ciência.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

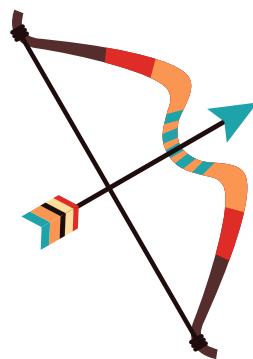
- Valoriza os saberes afro-brasileiros e indígenas como formas legítimas de conhecimento científico, combatendo o apagamento cultural e fortalecendo uma educação antirracista e intercultural.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – MOSTRA SOBRE INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS TRADICIONAIS

- Convide lideranças quilombolas, indígenas ou ribeirinhas para demonstrar como medem áreas, pesos e volumes em suas comunidades. Incentive o diálogo intercultural e o registro oral desses saberes.

Enfoque territorial: Ciência viva nos modos de vida locais

- Visitas a comunidades ou produção de documentários escolares sobre o uso de plantas, recursos naturais e técnicas sustentáveis em Parintins, Barreirinha ou região.
- Mapeamento de práticas ecológicas nos territórios tradicionais.
- Parcerias com agentes de saúde da floresta, parteiras, benzedeiros ou lideranças comunitárias para oficinas interativas com os(as) estudantes.



► ÁREA DO CONHECIMENTO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Atividade 1

Mapeamento histórico e cultural das resistências afro-indígenas na Amazônia

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

<ul style="list-style-type: none">• Atividade: Mapeamento histórico e cultural das resistências afro-indígenas na Amazônia• Componentes Curriculares: História e Geografia• Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado• Tempo estimado: 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)	Objetivos de Aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">• Investigar processos históricos e culturais de resistência afro-indígena na Amazônia.• Desenvolver leitura crítica de fontes históricas e geográficas.• Produzir materiais digitais como mapas interativos ou linhas do tempo georreferenciadas.• Valorizar as memórias coletivas e o pertencimento territorial.	Recursos necessários: <ul style="list-style-type: none">• Computadores com internet para pesquisas.• Ferramentas de mapeamento digital ou cartolinas para mapas manuais.• Projetor ou lousa digital.• Textos, vídeos e entrevistas.
--	---	---

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Contextualização e Sensibilização (1 aula)

- Discussão sobre o conceito de resistência afro-indígena.
- Apresentação de vídeos ou imagens de quilombos, comunidades indígenas, movimentos sociais.
- Levantamento de perguntas e hipóteses iniciais.

2ª Etapa – Pesquisa (2 aulas)

- Levantamento de dados históricos sobre quilombos, comunidades indígenas e movimentos sociais no Baixo Amazonas.
- Uso de fontes escritas, orais, audiovisuais e digitais.
- Análise crítica das fontes.

3ª Etapa – Produção (1 a 2 aulas)

- Criação coletiva de mapas interativos digitais ou manuais com marcos históricos e culturais.
- Alternativa: construção de linhas do tempo georreferenciadas.
- Registro das descobertas em legendas ou textos explicativos.

4ª Etapa – Apresentação e Debate (1 aula)

Apresentação dos protótipos e tabelas.

Discussão coletiva sobre ciência decolonial.

Reflexão escrita: Como podemos valorizar saberes locais em nossas aulas?

AVALIAÇÃO

- Participação nas etapas de pesquisa e produção.
- Qualidade e clareza dos mapas ou linhas do tempo.
- Capacidade de análise crítica das fontes.
- Reflexão sobre os processos históricos.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Fortalece a memória das resistências negras e indígenas na formação regional, cumprindo o papel de reconstruir narrativas históricas a partir de uma perspectiva antirracista.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – VISITA OU ENTREVISTA

- Organize uma visita ou entrevista com representantes de comunidades quilombolas ou indígenas para ampliar a compreensão sobre resistência cultural.

Atividade 2

Religiões e Espiritualidades Afro-Indígenas na Amazônia – Ética, Cosmologia e Resistência

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

<ul style="list-style-type: none">• Atividade: Religiões e Espiritualidades Afro-Indígenas na Amazônia – Ética, Cosmologia e Resistência• Componente Curricular: Filosofia• Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado• Tempo estimado: 3 a 5 aulas (adaptável)	Objetivos de Aprendizagem: <ul style="list-style-type: none">• Conhecer espiritualidades afro-brasileiras e indígenas com foco no contexto amazônico.• Desenvolver reflexão ética e crítica sobre respeito à diversidade religiosa e racismo religioso.• Reconhecer essas religiões como patrimônio cultural e formas legítimas de conhecimento e resistência.• Valorizar cosmologias, narrativas orais e práticas simbólicas regionais.	Recursos necessários: <ul style="list-style-type: none">• Textos ou relatos orais de mestres/as locais.• Vídeos ou documentários regionais.• Mapas culturais da Amazônia.• Materiais para painéis ou apresentações.• Gravador ou celular para entrevistas (opcional).
--	--	--

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Introdução e Sensibilização (1 aula)

- Roda de conversa: Quais religiões existem na Amazônia? Quais conhecemos?
- Debate sobre preconceitos e estereótipos.
- Exibição de trechos de vídeos ou relatos sobre terreiros de Umbanda amazônica, Tambor de Mina, Pajelanças indígenas, Encantarias.
- Discussão inicial: O que é espiritualidade para cada cultura?

2ª Etapa – Pesquisa Focada (1 a 2 aulas)

Organização em grupos para pesquisar temas como:

- Cosmologia indígena amazônica (mitos, encantarias, pajelanças).
- Terreiros de Umbanda e Tambor de Mina no Amazonas (história e organização).
- Relação entre saberes medicinais, benzimentos e espiritualidade.
- Influências afro-indígenas nas encantarias amazônicas.
- Análise de vídeos, textos ou entrevistas locais.

3ª Etapa – Produção e Sistematização (1 a 2 aulas)

Criação de cartazes, murais ou apresentações digitais com os resultados das pesquisas.

Organização de roda de conversa para socialização.

Reflexão crítica: Como o racismo religioso afeta essas práticas? Por que valorizar essas religiões como saberes locais?

AVALIAÇÃO

- Participação respeitosa e reflexiva.
- Qualidade das produções (cartazes, murais, apresentações).
- Capacidade de argumentação ética e intercultural.
- Consciência crítica sobre respeito à diversidade.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Promove o reconhecimento e respeito às manifestações religiosas e espirituais afro-brasileiras e indígenas amazônicas como patrimônio cultural e direito humano, combatendo o racismo religioso.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – OFICINA OU ENTREVISTA

- Organize uma roda de conversa com lideranças de terreiros locais ou mestres/as indígenas para compartilhar saberes e vivências espirituais amazônicas com a turma.

Atividade 3

Estruturas de exclusão e mobilização social no Brasil contemporâneo

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Atividade:** Estruturas de exclusão e mobilização social no Brasil contemporâneo
- **Componente Curricular:** Sociologia
Público-alvo: Estudantes do Ensino Médio Integrado
Tempo estimado: 4 a 6 aulas (adaptável conforme contexto)

Objetivos de Aprendizagem:

- Analisar desigualdades raciais e suas estruturas no Brasil contemporâneo.
- Desenvolver leitura crítica da realidade social.
- Produzir materiais argumentativos e reflexivos.
- Estimular a ação cidadã para o enfrentamento das desigualdades.

Recursos necessários:

- Acesso a dados estatísticos (IBGE, IPEA, Atlas da Violência).
- Filmes ou documentários temáticos.
- Computadores ou cadernos para registros.
- Materiais para painéis ou seminários.

DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE

1ª Etapa – Introdução ao Tema (1 aula)

- Discussão orientada: O que é exclusão social?
- Exibição de filmes, documentários ou gráficos sobre desigualdade racial.
- Levantamento de hipóteses e perguntas.

2ª Etapa – Pesquisa e Análise (2 aulas)

- Coleta de dados e informações em fontes confiáveis.
- Leitura crítica de dados e entrevistas.
- Discussão em grupos sobre causas e consequências.

3ª Etapa – Produção (1 a 2 aulas)

- Criação de painéis sociológicos, artigos de opinião, vídeos ou curtas documentais.
- Organização de seminários ou debates temáticos.

4ª Etapa – Socialização e Reflexão (1 aula)

- Apresentação dos produtos para a turma ou em eventos escolares.
- Debate coletivo sobre caminhos para transformação social.
- Registro das aprendizagens.

AVALIAÇÃO

- Participação ativa e reflexiva.
- Qualidade das análises e produções.
- Clareza argumentativa e criticidade.
- Envolvimento no debate coletivo.

ARTICULAÇÃO COM AS LEIS Nº 10.639/2003 E Nº 11.645/2008

- Relaciona o currículo à realidade social, despertando para a ação cidadã e o enfrentamento das desigualdades raciais.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR – PARCERIA COM O NEABI

- Realize rodas de conversa ou debates mediados pelo NEABI para aprofundar o entendimento e promover o engajamento institucional na luta antirracista.

Capítulo 6

SUGESTÕES DE ATIVIDADES POR ÁREA TÉCNICA

Este capítulo apresenta propostas de atividades pedagógicas específicas para os cursos técnicos de Administração, Agropecuária e Informática do IFAM Campus Parintins. As sugestões aqui reunidas articulam os princípios da educação antirracista com os objetivos da formação humana integral e com a realidade amazônica local, promovendo aprendizagens significativas, contextualizadas e críticas.

Essas atividades podem ser adaptadas às especificidades de cada turma e articuladas aos Projetos Integradores, Estágios Supervisionados ou componentes curriculares. Mais do que cumprir com a obrigatoriedade legal, elas representam a oportunidade de colocar em prática uma proposta pedagógica transformadora, enraizada no território, conectada às lutas históricas dos povos afro-brasileiros e indígenas, e comprometida com a formação de sujeitos críticos e autônomos.

NOTA SOBRE O TEMPO ESTIMADO DAS ATIVIDADES:

As durações indicadas em cada proposta são estimativas e podem (e devem) ser adaptadas conforme a carga horária disponível, o nível de complexidade das tarefas, os recursos da instituição e o ritmo dos estudantes. Recomenda-se que atividades de maior escopo, como projetos, pesquisas de campo, criação de aplicativos ou campanhas, sejam desenvolvidas ao longo de 2 a 6 semanas, integrando mais de uma área do conhecimento quando possível.



Atividade 1

Projeto "Empreendedorismo Negro e Indígena em Parintins"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO	
<ul style="list-style-type: none">• Atividade: Projeto "Empreendedorismo Negro e Indígena em Parintins"• Curso: Técnico em Administração• Duração estimada: 4 a 6 semanas (adaptável conforme carga horária)• Etapa de ensino: Ensino Médio Integrado• Leis envolvidas: 10.639/2003 e 11.645/2008	<p>Objetivos Geral:</p> <ul style="list-style-type: none">• Promover o reconhecimento e a valorização de iniciativas empreendedoras negras e indígenas no município de Parintins, articulando os conhecimentos técnicos do curso de Administração à formação humana integral e à educação antirracista. <p>Objetivos Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificar empreendimentos locais liderados por pessoas negras e indígenas.• Analisar estratégias de gestão e organização utilizadas nessas iniciativas.• Identificar os desafios enfrentados por esses empreendedores no contexto amazônico.• Relacionar os aprendizados à prática profissional da Administração, de forma ética, crítica e antirracista.
ETAPAS DA ATIVIDADE	
<p>Sensibilização (1 aula): vídeos temáticos, roda de conversa e contextualização das leis.</p> <p>Planejamento da pesquisa (2 aulas): estudo de técnicas de entrevista, formação de grupos e mapeamento dos empreendimentos.</p> <p>Trabalho de campo (1 semana): visitas e aplicação de roteiros de entrevista.</p> <p>Sistematização dos dados (1 semana): organização e análise crítica das informações.</p> <p>Produção do relatório e socialização (2 aulas): elaboração de relatórios e apresentações, com reflexão final.</p>	
INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	PARCERIAS SUGERIDAS
<ul style="list-style-type: none">• Participação, relatório, apresentação e análise crítica.	<ul style="list-style-type: none">• NEABI, associações de empreendedores locais, comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas.

Atividade 2

Oficina "Publicidade e Representações Raciais"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Administração
- **Atividade:** Análise crítica de campanhas publicitárias e produção de peças que valorizem a diversidade étnico-racial
- **Duração estimada:** 3 a 4 aulas
- **Etapa de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Desenvolver o pensamento crítico sobre a presença (ou ausência) de representações étnico-raciais na publicidade e promover a criação de peças que valorizem a diversidade e a identidade afro-brasileira e indígena.

Objetivos Específicos:

- Analisar criticamente campanhas publicitárias nacionais e locais.
- Identificar estereótipos, apagamentos e representações positivas na mídia.
- Produzir peças publicitárias inclusivas e socialmente engajadas.
- Relacionar comunicação e responsabilidade social no campo da Administração.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Abertura e sensibilização (1 aula)

- Apresentação de campanhas publicitárias diversas (positivas e problemáticas).
- Debate orientado: "Como a mídia representa (ou não) pessoas negras e indígenas?"
- Leitura de trechos curtos de autores como Djamila Ribeiro, Nilma Lino Gomes sobre racismo midiático.

Análise crítica de peças publicitárias (1 aula)

- Divisão da turma em grupos.
- Cada grupo analisa peças impressas, vídeos ou campanhas locais.
- Preenchimento de um roteiro de análise: público-alvo, mensagem principal, representações étnico-raciais, estereótipos, diversidade etc.

Criação de campanha publicitária (1 a 2 aulas)

- Orientação sobre elementos de uma peça publicitária (texto, imagem, público-alvo, propósito).
- Grupos elaboram campanhas que valorizem a identidade negra e/ou indígena com temas livres ou sugeridos (ex: Festival de Parintins, saberes tradicionais, empreendedorismo afro-indígena).
- Os produtos podem ser cartazes, vídeos curtos, spots de rádio, posts de redes sociais, etc.

Socialização e reflexão final

- Apresentação das campanhas produzidas.
- Reflexão coletiva sobre o papel da comunicação no combate ao racismo.
- Debate: “Que mudanças podemos provocar com aquilo que comunicamos?”

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Participação nas discussões e nas análises críticas.
- Criatividade, coerência e consciência crítica na produção das peças.
- Clareza e sensibilidade ao abordar a diversidade étnico-racial.

DICA EXTRA

- Se possível, realizar parceria com o NEABI ou convidar comunicadores locais para enriquecer o debate.

Atividade 3

Estudo de Caso "Economia Solidária e Povos Tradicionais"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Administração
- **Atividade:** Simulação da criação de cooperativas inspiradas em experiências comunitárias locais
- **Duração estimada:** 4 a 5 aulas
- **Etapa de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Compreender os princípios da economia solidária a partir das práticas de organização coletiva em comunidades tradicionais negras e indígenas, e estimular propostas empreendedoras que valorizem saberes e resistências locais.

Objetivos Específicos:

- Conhecer os fundamentos da economia solidária e sua relação com os direitos sociais e culturais.
- Analisar experiências locais de trabalho coletivo em comunidades afro-indígenas.
- Simular propostas de cooperativas baseadas na valorização da diversidade étnico-racial e na solidariedade econômica.
- Articular práticas administrativas com responsabilidade social e justiça racial.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Introdução ao tema (1 aula)

- Aula expositiva dialogada sobre o conceito de economia solidária.
- Apresentação de exemplos reais (vídeos curtos, reportagens ou depoimentos) sobre cooperativas negras e indígenas no Brasil e na Amazônia.
- Debate: "Qual a diferença entre empreendedorismo capitalista e a economia solidária?"

Estudo de experiências locais (1 aula)

Pesquisa em duplas ou trios sobre grupos comunitários, associações ou coletivos de Parintins que atuem com trabalho coletivo. Elaboração de fichas-resumo com os objetivos, estrutura organizacional, produtos/serviços, desafios e saberes envolvidos.

Simulação de cooperativas (2 aulas)

- Organização de grupos

Cada grupo planeja uma cooperativa fictícia inspirada nas práticas estudadas, definindo:

Nome e identidade do grupo

Missão e princípios

Estrutura organizacional solidária

Produtos/serviços

Estratégias de gestão e comercialização

Uso de cartolinas, slides ou ferramentas digitais para apresentação.

Socialização e reflexão (1 aula)

- Apresentação das propostas de cooperativas.
- Discussão coletiva: “O que aprendemos sobre trabalho coletivo e justiça social?”
- Relacionamento com a realidade dos povos tradicionais do Amazonas

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Clareza, criatividade e coerência na proposta de cooperativa.
- Capacidade de articular saberes técnicos com temas sociais e culturais.
- Participação ativa nas etapas da atividade.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR

- Convidar um(a) representante de uma associação ou cooperativa local para relatar sua experiência.

Atividade 4

Projeto "Marketing Cultural do Festival Folclórico de Parintins"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

<ul style="list-style-type: none">• Curso: Técnico em Administração Atividade: Análise crítica e criação de estratégias de marketing que valorizem as culturas afro-brasileira e indígena no Festival• Duração estimada: 4 a 5 aulas• Etapa de ensino: Ensino Médio Integrado• Leis envolvidas: 10.639/2003 e 11.645/2008	Objetivos Geral: <ul style="list-style-type: none">• Analisar criticamente como o Festival Folclórico de Parintins representa as identidades afro-brasileiras e indígenas, e propor ações de marketing cultural que ampliem a visibilidade, o respeito e a valorização dessas culturas no evento.	Objetivos Específicos: <ul style="list-style-type: none">• Identificar elementos afro-brasileiros e indígenas presentes (ou ausentes) nas campanhas e expressões do Festival.• Compreender o papel do marketing na promoção da diversidade e no enfrentamento do racismo simbólico.• Criar campanhas que fortaleçam as narrativas e visibilidades étnico-raciais no contexto do Festival.• Desenvolver habilidades técnicas e criativas na área do marketing cultural.
--	--	--

ETAPAS DA ATIVIDADE

Introdução e contextualização (1 aula)

- Exibição de trechos de apresentações de Caprichoso e Garantido, com foco nos temas raciais e culturais.
- Análise de peças de divulgação e patrocínio dos bois, com perguntas orientadoras:

Há representatividade indígena e negra?

Que estéticas estão em destaque?

Quais discursos aparecem e quais estão ausentes?

Estudo e discussão crítica (1 aula)

- Leitura e debate de textos curtos sobre marketing cultural e representação simbólica.
- Debate sobre a importância da visibilidade étnico-racial na mídia e no turismo.
- Discussão em grupos sobre como o marketing pode (ou não) reforçar estereótipos.

Criação de campanha (2 aulas)

- Grupos elaboram campanhas fictícias ou propostas reais voltadas ao Festival de Parintins.

Ex: campanha antirracista para redes sociais, cartaz educativo sobre os povos da região, vídeo promocional valorizando artesãos afro-indígenas etc.

- Apresentação da campanha por meio de maquetes, slides, vídeo ou simulação de postagens.

Socialização e avaliação crítica (1 aula)

- Apresentações das campanhas.
- Debate final: “Como podemos promover um marketing mais inclusivo e transformador?”
- Reflexão sobre o papel do técnico em Administração na construção de narrativas culturais justas.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Pertinência e sensibilidade cultural das campanhas propostas.
- Capacidade de articulação entre marketing, identidade e responsabilidade social.
- Participação e colaboração em grupo.

POSSIBILIDADES DE PARCERIA

- NEABI, grupos de comunicação local, bois Caprichoso e Garantido, artesãos e coletivos culturais da cidade.

Atividade 5

Projeto "Saberes Tradicionais na Agricultura Amazônica"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Agropecuária
- **Atividade:** Pesquisa e registro de práticas agrícolas ancestrais em comunidades indígenas e afrodescendentes
- **Duração estimada:** 5 a 6 aulas (com possibilidade de ampliação)
- **Etapas de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Reconhecer e valorizar práticas agrícolas ancestrais desenvolvidas por comunidades afro-brasileiras e indígenas da Amazônia, destacando seus princípios, técnicas e contribuições socioculturais para a agroecologia e o manejo sustentável da terra.

Objetivos Específicos:

- Investigar as práticas de cultivo, colheita, manejo e armazenamento desenvolvidas por povos tradicionais.
- Compreender a relação entre cultura, território, espiritualidade e produção agrícola.
- Produzir registros pedagógicos (painéis, podcasts, vídeos, textos) com base nos relatos coletados.
- Promover o diálogo entre saberes técnicos e conhecimentos tradicionais.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Sensibilização e contextualização (1 aula)

- Conversa inicial sobre ancestralidade, oralidade e transmissão de saberes no campo.
- Exibição de vídeos curtos sobre agricultura tradicional na Amazônia.
- Debate orientado: "O que os livros não ensinam sobre agricultura?"

Planejamento da pesquisa de campo (1 aula)

Discussão sobre ética na pesquisa, escuta respeitosa e valorização da memória oral.

Organização da turma em pequenos grupos para definição de roteiro de entrevista e instrumentos de registro (celular, caderno de campo, câmera).

Realização da pesquisa (atividade externa ou virtual)

- Visitas a roças familiares, quintais produtivos, comunidades quilombolas ou indígenas.
- Registro das técnicas, materiais utilizados, plantas cultivadas, ciclos e rituais associados.
- Coleta de imagens (com permissão), áudios ou vídeos.

Sistematização e produção de materiais (2 aulas)

- Criação de painéis informativos, podcasts, vídeos ou murais digitais com os saberes registrados.
- Discussão sobre a relação entre esses conhecimentos e os conteúdos do curso (agroecologia, fitotecnia, sustentabilidade).

Apresentação e reflexão (1 aula)

- Socialização dos materiais produzidos.
- Roda de conversa sobre o valor dos saberes tradicionais para a agropecuária contemporânea.
- Conexão com a identidade amazônica e a legislação educacional antirracista.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Qualidade da pesquisa e do material produzido.
- Participação nas etapas da atividade.
- Capacidade de relacionar os saberes tradicionais com os conteúdos técnicos do curso.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR

- Criar um banco de saberes locais no NEABI ou no site do campus, com os registros feitos pelos estudantes.

Atividade 6

Roda de Conversa "Agroecologia e Povos da Floresta"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Agropecuária
- **Atividade:** Mediação de debates com representantes de comunidades tradicionais sobre práticas sustentáveis
- **Duração estimada:** 2 a 3 aulas
- **Etapas de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Promover o diálogo entre estudantes e representantes de comunidades tradicionais sobre agroecologia, território e cultura, valorizando os saberes ancestrais e sua importância para a sustentabilidade amazônica.

Objetivos Específicos:

- Compreender os vínculos entre práticas agrícolas sustentáveis e culturas tradicionais.
- Refletir sobre a relação entre racismo ambiental, território e resistência cultural.
- Estimular o protagonismo estudantil em processos formativos baseados no diálogo.
- Relacionar os conteúdos técnicos do curso com a vivência de povos da floresta.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Preparação e contextualização (1 aula)

- Leitura de textos curtos ou exibição de vídeos sobre agroecologia e territorialidade.
- Apresentação do conceito de "povos da floresta" (indígenas, ribeirinhos, quilombolas).
- Elaboração coletiva de perguntas que serão feitas aos convidados.

Roda de conversa com convidados (1 aula)

- Convidar lideranças ou representantes de comunidades locais (com apoio do NEABI).
- Roda de conversa mediada por professor(a) ou estudante.
- Registro das falas por meio de anotações, gravações ou desenhos.

Produção e compartilhamento de reflexões (1 aula)

- Escrita de textos reflexivos individuais ou em grupo (relatos de experiência, resumos comentados, textos opinativos).
- Montagem de um mural com frases marcantes e registros da atividade.
- Relacionamento com conteúdos como agroecologia, sustentabilidade, ética e cidadania.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Participação ativa durante a roda de conversa.
- Qualidade e profundidade dos textos reflexivos.
- Capacidade de escuta e valorização dos saberes compartilhados.

POSSIBILIDADES DE PARCERIA

- Comunidades indígenas ou quilombolas locais.
- Associações agroecológicas.
- Representantes do NEABI e movimentos sociais do campo.

Atividade 7

Sequência Didática – Mapa Interativo "Territórios da Produção e da Resistência»

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Agropecuária
Atividade: Georreferenciamento de práticas agropecuárias tradicionais e suas relações com cultura e resistência
- **Duração estimada:** 4 a 5 aulas
- **Etapas de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Mapear, por meio de tecnologias digitais, territórios de produção agrícola tradicional em Parintins, evidenciando suas dimensões culturais, históricas e políticas como espaços de resistência e saberes afro-indígenas.

Objetivos Específicos:

- Investigar a presença de práticas agropecuárias em comunidades tradicionais da região.
- Utilizar recursos de geolocalização para representar essas práticas em mapas interativos.
- Relacionar território, produção agrícola, identidade e resistência cultural.
- Desenvolver habilidades técnico-digitais aplicadas à realidade local.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Introdução e sensibilização (1 aula)

- Debate inicial: “O que é território de resistência?”
- Apresentação de mapas temáticos e experiências de cartografia social.
- Introdução a ferramentas como *Google My Maps*, *uMap* ou *Canva Maps*.

Levantamento de dados (1 aula)

- Divisão da turma em grupos.
- Pesquisa sobre locais de produção tradicional (comunidades, feiras, quintais produtivos, roças familiares).
- Coleta de dados: nome do local, tipo de produção, saberes envolvidos, relação com culturas afro-indígenas.

Criação do mapa (2 aulas)

- Inserção dos pontos no mapa digital.
- Associação de fotos, áudios ou pequenos textos a cada ponto georreferenciado.
- Customização do mapa com legendas, categorias e ícones temáticos.

Socialização e análise crítica (1 aula)

- Apresentação dos mapas produzidos.
- Debate: “O que aprendemos sobre território, cultura e agricultura?”
- Discussão sobre a invisibilidade dessas práticas nos currículos tradicionais.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	SUGESTÃO COMPLEMENTAR
<ul style="list-style-type: none">• Qualidade e organização das informações georreferenciadas.• Participação no processo de construção coletiva.• Capacidade de articular saber técnico, sensibilidade cultural e uso de tecnologia.	<ul style="list-style-type: none">• Compartilhar o mapa finalizado nas redes sociais do campus ou em um evento interno (Semana da Consciência Negra, por exemplo).• Estimular que o NEABI archive e amplie o mapa como produto pedagógico permanente.

Atividade 8

Pesquisa "Plantas e Saberes no Festival de Parintins"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Agropecuária
- **Atividade:** Investigação sobre o uso de elementos naturais e saberes tradicionais afro-indígenas na cenografia do Festival
- **Duração estimada:** 3 a 4 aulas (com possibilidade de ampliação)
- **Etapas de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Investigar o uso de plantas, pigmentos naturais, ervas e outros elementos da natureza vinculados ao Festival Folclórico de Parintins, compreendendo sua relação com os saberes afro-brasileiros e indígenas e seu potencial simbólico, agrícola e estético.

Objetivos Específicos:

- Identificar elementos naturais utilizados na cenografia e nas alegorias do festival.
- Reconhecer os conhecimentos tradicionais associados ao uso dessas plantas (cura, tintura, proteção, ornamentação).
- Valorizar as práticas ancestrais envolvidas na preparação do espetáculo.
- Relacionar o conteúdo técnico do curso à cultura amazônica e à legislação educacional antirracista.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Introdução e problematização (1 aula)

- Exibição de vídeos ou imagens de bastidores do festival, com foco nas alegorias e fantasias.
- Roda de conversa: "O que há de natureza na arte do festival?"
- Discussão sobre a ancestralidade dos saberes envolvidos (uso de plantas, resinas, sementes, fibras etc.).

Pesquisa de campo (atividade externa ou agendada)

- Visita aos galpões dos bois ou entrevistas com artesãos, artistas, produtores de materiais naturais utilizados no festival.
- Registro de informações sobre quais plantas são usadas, com que finalidade e de que forma são preparadas.
- Fotografias, anotações e, se possível, coleta simbólica de amostras com fins pedagógicos.

Organização e análise dos dados (1 a 2 aulas)

- Produção de painéis ou fichários ilustrados com o nome popular e científico das plantas, usos e significados.
- Discussão sobre como esses saberes se conectam com a agropecuária e a preservação ambiental.
- Reflexão sobre a invisibilidade desses conhecimentos na educação técnica tradicional.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Participação nas etapas de investigação e sistematização.
- Clareza e organização dos registros.
- Capacidade de articular os saberes técnicos à valorização dos saberes tradicionais.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR

- Criar uma “exposição viva” com plantas, pigmentos e materiais registrados na pesquisa.
- Conectar essa atividade com temas/conteúdos relacionados à fitotecnia, biologia, botânica e história.

Atividade 9

Projeto "Aplicativos que Contam Histórias"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Informática
- **Atividade:** Desenvolvimento de aplicativos educativos sobre a história e cultura afro-indígena do Amazonas
- **Duração estimada:** 8 a 10 aulas (podendo se estender para projeto de bimestre/trimestre)
- **Etapas de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Promover a valorização das histórias e culturas afro-indígenas do Amazonas por meio da criação de aplicativos educativos, articulando competências técnicas de programação com a promoção de uma educação antirracista e intercultural.

Objetivos Específicos:

- Pesquisar personagens, marcos históricos, mitologias e saberes afro-indígenas locais.
- Planejar e desenvolver aplicativos com conteúdos educativos e acessíveis.
- Refletir sobre o uso da tecnologia como instrumento de valorização da diversidade.
- Articular competências técnicas da área de informática com consciência social e cultural.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Sensibilização e escolha dos temas (1 aula)

- Exibição de narrativas, mitos, contos e lendas afro-indígenas amazônicas.
- Debate: "Que histórias a escola conta? Quais ela silencia?"
- Seleção dos temas pelos grupos (ex: lendas amazônicas, quilombo de Santa Tereza do Matupiri, quilombo urbano da Baixa da Xanda, protagonismo de mulheres negras e indígenas, saberes tradicionais de cura etc.).

Planejamento do aplicativo (2 aulas)

- Definição do público-alvo, funcionalidades, linguagem visual e estrutura do conteúdo.
- Elaboração de wireframes e definição das tecnologias a serem utilizadas (*App Inventor, Thinkable, Android Studio etc.*).

Pesquisa de conteúdo (2 a 3 aulas)

- Levantamento e validação das informações que serão utilizadas no app.
- Consulta a fontes confiáveis (livros, entrevistas, acervos locais, NEABI, materiais pedagógicos).

Desenvolvimento técnico (2 a 3 aulas)

- Criação do protótipo ou aplicativo funcional, com menus, imagens, textos, narrações, interações etc.
- Testes de usabilidade com colegas.

Apresentação e avaliação (1 aula)

- Exposição dos aplicativos desenvolvidos.
- Avaliação coletiva: “Como a tecnologia pode contar outras histórias?”
- Reflexão sobre a importância da representatividade no ambiente digital.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

- Funcionalidade e criatividade técnica do aplicativo.
- Pertinência e qualidade do conteúdo étnico-racial.
- Trabalho em equipe, pesquisa e apresentação final.

SUGESTÃO COMPLEMENTAR

- Apresentar os aplicativos na Semana da Consciência Negra ou Semana dos Povos Indígenas.
- Criar uma vitrine digital no site do campus com os aplicativos produzidos.

Atividade 10

Oficina "Códigos de Resistência: Tecnologias Negras e Indígenas"

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Informática
Atividade: Investigação sobre produções tecnológicas em contextos afro-indígenas e desenvolvimento de produtos de divulgação digital
- **Duração estimada:** 2 a 4 semanas (tempo adaptável conforme a profundidade e os produtos esperados)
- **Etapas de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Investigar, documentar e divulgar exemplos de tecnologias criadas ou apropriadas por populações negras e indígenas, valorizando suas inovações, estratégias de resistência e contribuições à ciência e à sociedade.

Objetivos Específicos:

- Compreender que "tecnologia" não se restringe à lógica ocidental e industrial.
- Reconhecer inovações afro-indígenas nos campos da agricultura, comunicação, arquitetura, medicina, navegação e saberes digitais.
- Desenvolver materiais digitais que registrem e valorizem esses conhecimentos.
- Estimular o pensamento crítico e a criatividade com base em epistemologias plurais.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Introdução e provocação (1 aula)

- Dinâmica inicial: "O que é tecnologia para você?"
- Apresentação de exemplos de tecnologias ancestrais (cabaças para irrigação, sistemas de navegação, ervas medicinais, códigos de oralidade, cantos de alerta, bancos de memória viva etc.).
- Debate: "Por que esses saberes não são chamados de 'tecnologia' pela escola?"

Pesquisa e curadoria de conteúdos (1 a 2 semanas)

- Grupos pesquisam experiências tecnológicas em comunidades indígenas e negras, incluindo exemplos amazônicos (ex: canoas, produção de tinta, organização de redes de comunicação oral, manejo florestal, *softwares* livres desenvolvidos por indígenas ou coletivos negros).
- Levantamento de fontes (vídeos, textos, entrevistas, acervos do NEABI).

Produção de materiais digitais (1 semana)

- Criação de infográficos, *podcasts*, vídeos curtos, *e-books*, páginas *web* ou carrosséis para redes sociais.
- Utilização de softwares livres ou ferramentas de design acessíveis.

Apresentação e reflexão crítica (1 aula)

- Exposição dos produtos.
- Debate: “O que aprendemos sobre o conceito de tecnologia? E sobre resistência?”
- Relacionamento com o conteúdo técnico do curso e com a educação antirracista.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	SUGESTÃO COMPLEMENTAR
<ul style="list-style-type: none">• Relevância dos exemplos tecnológicos escolhidos.• Criatividade e clareza nos produtos digitais criados.• Participação, escuta e articulação entre saberes técnicos e culturais.	<ul style="list-style-type: none">• Montar uma galeria virtual no site do campus com os materiais produzidos.• Promover a atividade em parceria com o NEABI e projetos de extensão.

Atividade 11

Game Design "Jogos para uma Educação Antirracista»

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Informática
Atividade: Criação de jogos digitais com temáticas étnico-raciais voltadas ao Ensino Médio
- **Duração estimada:** 3 a 5 semanas (projeto de média duração, adaptável conforme recursos e tempo disponíveis)
- **Etapa de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Desenvolver jogos digitais educativos que abordem temas étnico-raciais com foco na valorização das culturas afro-brasileira e indígena, promovendo a aprendizagem crítica, a representatividade e o combate ao racismo.

Objetivos Específicos:

- Refletir sobre a importância da representatividade nos produtos digitais.
- Pesquisar narrativas, personagens, símbolos e contextos da história e cultura afro-indígena.
- Criar jogos digitais com linguagem acessível, engajadora e educativa.
- Integrar habilidades de programação, design e narrativa interativa em favor de uma educação antirracista.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Exploração de referências e sensibilização (1 aula)

Apresentação de jogos que abordam temas sociais, culturais ou históricos.

Roda de conversa: “Como os jogos que consumimos representam (ou não) a diversidade?”

Discussão sobre estereótipos, apagamentos e possibilidades educativas dos jogos.

Definição do tema e estrutura do jogo (1 semana)

- Grupos escolhem os temas e objetivos do jogo (ex: resistência quilombola, mitos indígenas, trajetórias negras na ciência, heróis e heroínas da floresta etc.).
- Planejamento do roteiro, cenários, personagens e mecânicas do jogo.
- Criação de protótipos em papel (*storyboard*, fluxograma).

Desenvolvimento do jogo (2 a 3 semanas)

- Utilização de ferramentas como *Scratch*, *Construct*, *RPG Maker* ou *Godot*, conforme o nível técnico da turma.
- Implementação de comandos, inserção de diálogos, trilhas e imagens.
- Testes e melhorias com colegas.

Apresentação e compartilhamento (1 aula)

- Mostra dos jogos criados.
- Reflexão coletiva: “O que aprendemos jogando e criando?”
- Proposta de continuidade: jogos como produtos de extensão ou oficinas.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	SUGESTÃO COMPLEMENTAR
<ul style="list-style-type: none">• Pertinência do tema étnico-racial escolhido.• Criatividade, usabilidade e coesão narrativa do jogo.• Participação e colaboração no grupo de trabalho.• Capacidade de crítica e reflexão no processo de criação.	<ul style="list-style-type: none">• Criar um festival interno de jogos educativos com votação e premiação simbólica.• Convidar docentes de outras áreas para testarem os jogos e sugerirem adaptações pedagógicas.

Atividade 12

Projeto Multimídia "Representatividade Digital no Festival de Parintins»

PROPOSTAS DE ATIVIDADES DE ENSINO

- **Curso:** Técnico em Informática
Atividade: Criação de um banco de dados multimídia sobre a presença de narrativas étnico-raciais nos meios digitais vinculados ao Festival
- **Duração estimada:** 3 a 5 semanas (adaptável conforme profundidade da pesquisa e produção dos materiais)
- **Etapas de ensino:** Ensino Médio Integrado
- **Leis envolvidas:** 10.639/2003 e 11.645/2008

Objetivos Geral:

- Analisar a representatividade das culturas afro-brasileiras e indígenas nas mídias digitais ligadas ao Festival Folclórico de Parintins, promovendo a reflexão crítica e a valorização da diversidade por meio de recursos técnicos da área de informática.

Objetivos Específicos:

- Investigar como os bois-bumbás, artistas e mídias locais representam identidades étnico-raciais em suas produções digitais.
- Desenvolver um banco de dados multimídia organizado, acessível e tematicamente estruturado.
- Promover o pensamento crítico sobre narrativas visuais e simbólicas.
- Integrar práticas de curadoria digital, edição, design e organização de arquivos.

ETAPAS DA ATIVIDADE

Introdução e problematização (1 aula)

- Discussão sobre representatividade nas mídias digitais e redes sociais.
- Exibição de postagens, vídeos, sites e reportagens do Festival (Caprichoso, Garantido e mídias alternativas).
- Questões norteadoras: Quem aparece? Como aparecem? Quem narra essas histórias?

Pesquisa e curadoria de conteúdos (1 a 2 semanas)

Divisão em grupos com temáticas específicas:

- Imagens dos bois
- Narrativas de artistas indígenas ou negros
- Música e performance

- Cenas de bastidores
- Entrevistas e reportagens
- Coleta e organização dos materiais (vídeos, áudios, imagens, falas, postagens, comentários públicos).

Organização do banco de dados multimídia (1 semana)

- Uso de ferramentas como *Google Drive*, *OneDrive*, *Notion*, *Canva Docs*, *Genially* ou *sites* simples para apresentar os conteúdos.
- Classificação por categorias, palavras-chave, fontes e observações críticas.

Socialização e debate (1 aula)

- Apresentação dos bancos produzidos.
- Discussão: “O Festival contribui para a valorização das culturas afro-indígenas ou ainda reproduz invisibilizações?”
- Reflexão sobre o papel da informática na mediação das narrativas culturais.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO	SUGESTÃO COMPLEMENTAR
<ul style="list-style-type: none"> • Organização, acessibilidade e riqueza do banco de dados. • Capacidade de análise crítica e curadoria. • Participação, pesquisa e apropriação das ferramentas digitais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articular a atividade com os cursos de Administração e Agropecuária para produzir um material coletivo interáreas. • Publicar os bancos de dados no site institucional ou em mostras culturais do campus.

Capítulo 7

**RECURSOS DIDÁTICOS E
REFERÊNCIAS PARA UMA
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO**

Um dos maiores desafios relatados pelos(as) docentes no IFAM Campus Parintins – e em muitas outras instituições – é a falta de recursos didáticos acessíveis, contextualizados e organizados para apoiar a implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.





Ensinar de forma antirracista e garantir uma formação humana integral implica reconhecer a diversidade cultural brasileira em sua riqueza, mas também se preparar para mediar discussões complexas sobre racismo, desigualdades, resistência e memória.

Este capítulo foi pensado como um repositório prático, reunindo sugestões de materiais que possam inspirar, subsidiar e enriquecer as práticas pedagógicas no Ensino Médio Integrado. Aqui, os(as) docentes encontrarão referências variadas: de documentos oficiais a filmes, de livros paradidáticos a *sites* com planos de aula, passando por acervos digitais, podcasts e vídeos.

O objetivo não é esgotar as possibilidades, mas oferecer caminhos concretos para começar ou aprofundar esse trabalho em diferentes áreas do conhecimento e cursos técnicos.

Importante: as sugestões estão organizadas por tipo de recurso e muitas incluem *links* de acesso ou indicações de acervos gratuitos. A escolha, adaptação e aplicação desses materiais devem sempre considerar o perfil da turma, o contexto local, a carga horária disponível e os objetivos pedagógicos definidos coletivamente.






Orientação para uso deste capítulo

-  Explore as seções conforme sua área de interesse.
-  Escolha materiais que dialoguem com sua disciplina e com as realidades dos estudantes.
-  Adapte as sugestões para projetos integradores ou atividades interdisciplinares.
-  Compartilhe descobertas com colegas e fortaleça o trabalho coletivo do NEABI e da escola.

DOCUMENTOS LEGAIS E REFERENCIAIS CURRICULARES



Esses documentos são fundamentais para embasar o planejamento, justificar ações e orientar a elaboração de planos de ensino alinhados à legislação.

	<p>Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.639-2003?OpenDocument</p>
	<p>Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=4886&ano=2003&ato=ee2ITVE5EeRpWTd06</p>
	<p>Parecer CNE/CP 003/2004, de 10 de março de 2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf</p>
	<p>Resolução CNE nº 1, de 17 de junho de 2004 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf</p>
	<p>Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11645&ano=2008&ato=dc6QTS61UNRpWTcd2</p>

	<p>Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais. https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6861&ano=2009&ato=791o3Yq1UeVpWT522</p>
	<p>Lei nº 12.288, de 20 de junho de 2010 Institui o Estatuto da Igualdade Racial https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm</p>
	<p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10806&Itemid=</p>
	<p>Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11091&Itemid=</p>
	<p>Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana Visa institucionalizar a implementação da educação das Relações Étnico-Raciais. https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf</p>

	<p>Resolução nº 30 CONSUP/IFAM, de 06 de Junho de 2018 Dispõe sobre o do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFAM – NEABI. https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/extensao/arquivos/copy_of_resoluon30.pdf</p>
	<p>A Resolução nº 52/2022 CONSUP/IFAM, de 02 de Junho de 2022 Aprova o Regulamento das Políticas de Ações Afirmativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas https://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/proen/normativos/documentos/Resoluo_n_052Proc.23443.021478202011_Aprova_o_Regulamento_de_Politic_Af.pdf</p>
	<p>Lei nº 14.402, de 8 de Julho de 2022 Institui o Dia dos Povos Indígenas https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14402.htm</p>
	<p>Lei nº 14.759, de 21 de Dezembro de 2023 Declara feriado nacional o dia 20 de novembro, para a celebração do Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14759.htm</p>
	<p>Portaria MEC nº 539, de 24 de Julho de 2025 Institui a Política Nacional de Educação Escolar Indígena nos Territórios Etnoeducacionais - PNEEI-TEE. https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-539-de-24-de-julho-de-2025-644416950</p>

FILMES E DOCUMENTÁRIOS

Brasil e contexto afro-brasileiro



10 Filmes e Séries sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais



NEABI INDICA: Sugestões de filmes e atividades para abordar a História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena na sala de aula



Coleção Antirracista, Instituto UNIBANCO – abordam a questão antirracista na perspectiva do pensamento antirracista e decolonial

LIVROS PARADIDÁTICOS E LITERÁRIOS

Uso sugerido em projetos de leitura, rodas literárias, produções textuais, oficinas de escrita, debates éticos e históricos.

Autoria indígena

- Ideias para adiar o fim do mundo, Ailton Krenak – Reflexões sobre humanidade e natureza.
- A Queda do Céu, Davi Kopenawa e Bruce Albert – Cosmologia Yanomami narrada por um xamã.
- Metade Cara, Metade Máscara, Eliane Potiguara – Poesia e narrativa indígena contemporânea.
- Meu avô Apolinário, Daniel Munduruku – Memória e saber ancestral em linguagem acessível.

Autoria afro-brasileira

- Quarto de Despejo, Carolina Maria de Jesus – Diário sobre a vida na favela e a exclusão racial.
- O Pequeno Príncipe Preto, Rodrigo França – Releitura afrofuturista para públicos jovens.
- Olhos d'Água, Conceição Evaristo - retrata crianças, homens e, principalmente, mulheres marcadas pelo racismo, pela pobreza e pela violência urbana.

Dica:

Combine leituras com atividades de releitura artística ou criação de roteiros teatrais.

Referências importantes:

ALMEIDA, Silvio Luiz. Racismo estrutural. Pólen, 2020.






CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. São Paulo: Claro Enigma, 2012

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino Médio Integrado. Cortez, 2012.


GOMES, Nilma Lino. Movimento negro educador. Vozes, 2017.






MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Vozes, 2005.

Mais indicações para você, docente e/ou membro do NEABI



	28 livros sobre questões étnico raciais
	Negritude em pauta: relatos de experiências e reflexões das ações NEABI-CMC por uma educação antirracista na escola
	Políticas afirmativas raciais e procedimentos de heteroidentificação: coletânea de leis, resoluções e portarias
	Trilhas para a Formação Humana Integral: Compreendendo a formação omnilateral para os estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio
	Florestas e rios: a encantaria amazônica
	7 livros para quem quer conhecer o Festival de Parintins





SITES, ACERVOS E MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS

	Domínio Público – MEC – Obras literárias clássicas disponíveis gratuitamente
---	--




	Geledés Instituto da Mulher Negra: artigos, dados e propostas de ações educativas.
	Museu do Índio: acervos digitais e publicações sobre culturas indígenas
	Instituto Socioambiental (ISA): dossiês sobre povos indígenas e comunidades tradicionais.
	Instituto Porvir: agência de jornalismo e soluções de comunicação, sem fins lucrativos, dedicada a impulsionar inovações na educação.
	Instituto Aurora: tem como missão defender e promover a educação em Direitos Humanos

JOGOS E ATIVIDADES INTERATIVAS

	E-book: Catálogo de jogos e brincadeiras Africanas e afro-brasileiras
	Jogo de Tabuleiro Antirracismo na Escola

	Jogos que exploram conceitos de programação por meninas negras e jogos com personagens do Candomblé que combatem o preconceito
	Jogo de Memória Países Africanos (IBGE): Atividade simples para trabalhar os países africanos.
	A História em um jogo: a diversidade indígena através de um jogo
	Atividades de grafismos indígenas: Oficinas de releituras artísticas em tecidos.

PODCASTS E CANAIS

	Podcast “EmpreteSER” – diálogos sobre assuntos como: racismo estético e racismo ambiental, branquitude, feminismo negro, entre outros.
	Podcast “História Preta” – Podcast narrativo/documental sobre a memória histórica da população negra no Brasil e no mundo.
	Podcast "AfroPausa" – Debates sobre raça, gênero e cultura.

	Podcast "Histórias de Ninar para Garotas Rebeldes" - Um podcast de contos de fadas sobre as mulheres extraordinárias que nos inspiram.
	Podcast “Pamüri e pensamento indígena” - iniciativa cultural que visa à pesquisa sobre o pensamento e as expressões artísticas realizadas por diferentes povos originários no Brasil.
	Podcast “Culturas Indígenas no Brasil” - valorização das culturas indígenas no contexto brasileiro a partir das séries "Indígenas, os Povos Originários do Brasil" e "Vozes dos Povos Originários do Brasil".
	Podcast “Papo de Parente” – um podcast para indigenizar o Brasil!
	Podcast “Pelos mundos Indígenas” - convida o público a conhecer cinco povos por meio de uma curadoria diferente: a curadoria indígena.
	Canal "Canal Preto" (YouTube) – As três principais linhas de atuação são raça, gênero e trabalho e o foco dos vídeos são o combate ao racismo no mundo do trabalho e disseminar a cultura afro-brasileira.
	Canal “Wariu” (YouTube) - Canal sobre Povos Indígenas no Brasil

ORIENTAÇÃO FINAL AO(A) DOCENTE

Escolha, adapte, compartilhe!

Trabalhar com educação antirracista é sempre um processo coletivo, reflexivo e contínuo.

Este guia pretende ser um convite e um apoio para que cada educador(a) construa caminhos pedagógicos críticos, criativos e transformadores junto com seus estudantes.



Foto: Michel Amazonas - (Parintins/AM)



Foto: Michel Amazonas - (Parintins/AM)

Capítulo 8

**AVALIAÇÃO E
ACOMPANHAMENTO DAS
AÇÕES PEDAGÓGICAS
ANTIRRACISTAS NO ENSINO
MÉDIO INTEGRADO**



POR QUE AVALIAR AS AÇÕES PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS?

A avaliação das ações pedagógicas antirracistas é um processo fundamental para garantir não apenas o cumprimento das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, mas também para assegurar que essas práticas estejam efetivamente contribuindo para a construção de uma educação transformadora, crítica e emancipadora. Segundo Cipriano Luckesi (2008), avaliar é acompanhar e compreender o processo educativo, visando ao seu aprimoramento constante. A avaliação, nessa perspectiva, não se limita à atribuição de notas, mas constitui um momento privilegiado de reflexão, diálogo e construção coletiva de conhecimento.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2015) ressalta que, no contexto da educação antirracista, avaliar implica refletir criticamente sobre as mudanças provocadas pelas ações pedagógicas no ambiente escolar, verificando se essas ações têm contribuído para transformar as percepções e atitudes relacionadas às relações raciais e étnicas.



Foto: Michel Amazonas - (Parintins/AM)

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

Ao pensar em indicadores para avaliar práticas pedagógicas antirracistas, é importante considerar critérios qualitativos e quantitativos que possam refletir a amplitude e a profundidade das transformações esperadas. Alguns indicadores sugeridos incluem:

- **Participação e engajamento dos estudantes:** Verificar se os estudantes participam ativamente das atividades propostas, demonstrando interesse, motivação e envolvimento com as temáticas étnico-raciais.
- **Mudança de percepção e atitudes:** Avaliar se houve alteração positiva nas percepções, comportamentos e atitudes dos estudantes e docentes sobre as questões raciais, diversidade cultural e discriminação.
- **Produção de conhecimento crítico:** Analisar se as atividades pedagógicas têm resultado em produções estudantis (textos, vídeos, apresentações, projetos) que demonstrem reflexão crítica, aprofundamento conceitual e valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas.
- **Interdisciplinaridade e transversalidade:** Avaliar se as ações têm conseguido promover uma articulação real entre disciplinas técnicas e gerais, garantindo uma abordagem consistente e transversal dos conteúdos étnico-raciais no currículo.

INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação das práticas pedagógicas antirracistas demanda instrumentos e métodos coerentes com os objetivos formativos dessas ações. Entre as sugestões metodológicas destacam-se:

- **Portfólios reflexivos:** Espaços onde estudantes e professores registram impressões, reflexões e aprendizagens decorrentes das atividades desenvolvidas, permitindo acompanhamento contínuo do processo educativo.
- **Rodas de conversa:** Espaços coletivos de diálogo que permitem uma avaliação qualitativa, identificando percepções, sentimentos e sugestões sobre as práticas realizadas.
- **Observação participante:** Método em que o avaliador acompanha e registra as dinâmicas pedagógicas no cotidiano escolar, fornecendo subsídios para aprimoramentos futuros.
- **Entrevistas e questionários avaliativos:** Instrumentos que podem ser utilizados com estudantes e professores para verificar impactos das ações e captar sugestões e percepções sobre as práticas pedagógicas.

Como lembra Jussara Hoffmann (2005), uma avaliação que pretenda ser formativa deve ter caráter dialógico, participativo e reflexivo, buscando fortalecer o vínculo entre ensino e aprendizagem, principalmente em contextos desafiadores e de mudanças paradigmáticas, como é o caso da educação antirracista.

ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES PELO NEABI

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do IFAM Campus Parintins pode desempenhar um papel fundamental no acompanhamento e monitoramento das ações pedagógicas antirracistas, garantindo que essas práticas sejam contínuas, coerentes e integradas à proposta pedagógica institucional.

Entre as ações possíveis para o NEABI destacam-se:

- Reuniões periódicas de acompanhamento: Realização de encontros regulares com professores e estudantes envolvidos nas atividades antirracistas para acompanhar avanços, desafios e necessidades de apoio pedagógico.
- Formação continuada e sensibilização: Organização de cursos, oficinas e seminários periódicos que fortaleçam a compreensão e o compromisso dos docentes e demais profissionais da escola com a educação antirracista.
- Registro e documentação: Criação de banco de dados ou relatórios anuais das ações pedagógicas realizadas, resultados alcançados e desafios encontrados, garantindo memória e subsídios para futuras ações.
- Articulação institucional: Manutenção de diálogo constante com gestores, colegiados e demais núcleos institucionais, buscando integração e sustentação das ações pedagógicas no planejamento institucional.

Dessa forma, o NEABI pode não apenas apoiar a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, mas também contribuir para o fortalecimento de uma cultura institucional verdadeiramente antirracista, inclusiva e democrática.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:
POR UMA PRÁTICA
EDUCATIVA COMPROMETIDA
COM A JUSTIÇA RACIAL**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste Guia com a certeza de que estamos apenas iniciando uma longa e essencial jornada. A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 no Ensino Médio Integrado do IFAM Campus Parintins é muito mais do que uma exigência legal; é um compromisso ético e político com a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e antirracista.

Nesse contexto, o papel dos(as) docentes é absolutamente central. Professores e professoras são agentes diretos de transformação social. Suas escolhas pedagógicas cotidianas, sua sensibilidade para acolher a diversidade cultural e étnico-racial dos estudantes e suas práticas inclusivas são decisivas para transformar a realidade escolar e social, fazendo da escola um espaço de valorização e respeito às diferenças.

Além disso, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a perspectiva da formação humana integral ganha relevância especial. Como apontam autores como Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012), a formação integral implica o desenvolvimento omnilateral dos sujeitos, unindo trabalho, ciência, cultura e cidadania em uma mesma proposta educativa. Educar integralmente significa reconhecer e promover as múltiplas potencialidades dos estudantes, preparando-os não apenas para o mundo do trabalho, mas para uma participação crítica e ativa na sociedade, com uma consciência profunda sobre justiça racial e equidade social.

Nesse processo, a escuta ativa, o diálogo aberto e permanente com estudantes e colegas, e a busca constante por formação continuada são pilares fundamentais. Como bem destaca Nilma Lino Gomes (2017), a educação antirracista exige um processo contínuo de aprendizado, desaprendizado e reaprendizado sobre como lidamos com o racismo

racismo estrutural e com as múltiplas formas de discriminação presentes na escola e na sociedade

O diálogo, nesse sentido, não é apenas metodologia, mas uma postura ética, como já nos ensinou Paulo Freire. Escutar ativamente as experiências dos estudantes, suas histórias, identidades e realidades é também uma forma de resistência contra a invisibilização histórica e cultural. É um modo de fortalecer vínculos afetivos e pedagógicos capazes de produzir uma educação realmente transformadora e integral.

Por fim, é preciso reafirmar que o enfrentamento ao racismo institucional e estrutural não pode ser um esforço individual, mas necessariamente uma ação coletiva. Cada passo dado por professores e professoras deve estar articulado ao esforço institucional, à ação permanente do NEABI e ao engajamento de toda a comunidade escolar.

É somente com essa sinergia coletiva, com essa consciência crítica ampliada e com o compromisso diário com a justiça racial, a formação humana integral e a transformação social que poderemos garantir aos nossos estudantes uma educação verdadeiramente integral, emancipadora e digna de seus sonhos e potencialidades.

Este Guia é, portanto, um convite permanente à ação: a ação pela justiça racial, pela valorização das culturas afro-brasileiras e indígenas, e pela construção cotidiana de uma educação pública, democrática e antirracista.

Sigamos juntas e juntos, conscientes de que educar é transformar e que transformar é o nosso maior compromisso.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen. 2019.
- CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____. (Ed.). Racismo e anti-racismo na educação: repensando a escola. São Paulo: Selo Negro, 2001. p. 141-60.
- DIAS, Lucimar Rosa. Educação das relações étnico-raciais: avanços e desafios. São Paulo: Cortez, 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro educador. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Educação das relações étnico-raciais no Brasil: avanços e desafios. São Paulo: Cortez, 2015.
- HOFFMANN, Jussara. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência do aprendizado. Comunicação apresentada no 6.º Congresso da Alaic (Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação), Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, 2003, p. 46-60.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2008.
- MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Vozes, 2005
- PINHEIRO, Bárbara Carine. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta Brasil, 2023. 160p. ISBN 978-85-422-2125-1
- RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.
- RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ROLAND, Edna Maria Santos. Educação e Ações Afirmativas. Brasília: Unesco, 2008.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação e diversidade: contextos e práticas pedagógicas. Brasília: MEC, SECAD, 2004.

SOBRE OS AUTORES



Elaine Barbosa Amazonas

Graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas e em Letras - Língua e Literatura Inglesa pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa pela Universidade do Estado do Amazonas. Atualmente é discente do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). Atua profissionalmente como docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Parintins. Possui interesse em temas relacionados à políticas e práticas educacionais voltadas à diversidade étnico-racial.



Deilson do Carmo Trindade

Licenciado em História pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA; Especialista em Historiografia do Amazonas pela Faculdade Táhirih - FT; Mestre e Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM, e do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT.



Tecendo Saberes
ANTIRRACISTAS
NO IFAM CAMPUS PARINTINS
Guia para implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08

